

**FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE  
E DO MEIO AMBIENTE**

**CLARISSE NETTO DE REZENDE**

**EDUCAÇÃO, TRANSFORMAÇÃO DE HÁBITOS  
E CONSUMO CONSCIENTE**

**VOLTA REDONDA  
2017**

**FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE  
E DO MEIO AMBIENTE**

**EDUCAÇÃO, TRANSFORMAÇÃO DE HÁBITOS  
E CONSUMO CONSCIENTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino em Ciências da Saúde e do Meio Ambiente do UniFOA como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre

Aluna: Clarisse Netto de Rezende

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosana Ravaglia

Coorientador: Prof. Dr. Ronaldo Figueiró

**VOLTA REDONDA  
2017**

### FICHA CATALOGRÁFICA

Bibliotecária: Alice Tacão Wagner - CRB 7/RJ 4316

R467e Rezende, Clarisse Netto de.  
Educação, transformação de hábitos e consumo consciente. /  
Clarisse Netto de Rezende - Volta Redonda: UniFOA, 2016.

83 p. Il.

Orientador(a): Profª Dra Rosana Aparecida Ravaglia Soares

Dissertação (Mestrado) – UniFOA / Mestrado Profissional em Ensino  
em Ciências da Saúde e do Meio Ambiente, 2016.

1. Ciências da saúde - dissertação. 2. Consumo consciente. 3. Meio ambiente. I. Soares, Rosana Aparecida Ravaglia. II. Centro Universitário de Volta Redonda. III. Título.

CDD – 610

## FOLHA DE APROVAÇÃO

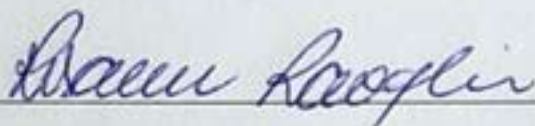
Aluna: Clarisse Netto de Rezende

EDUCAÇÃO, TRANSFORMAÇÃO DE HÁBITOS E CONSUMO CONSCIENTE

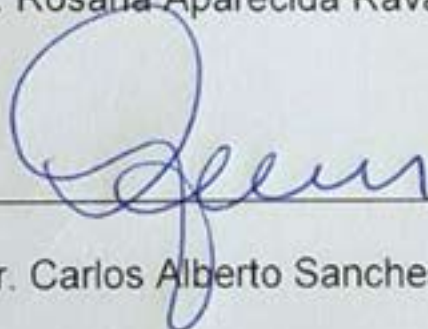
Orientador:

Profa. Dra. Rosana Aparecida Ravaglia Soares

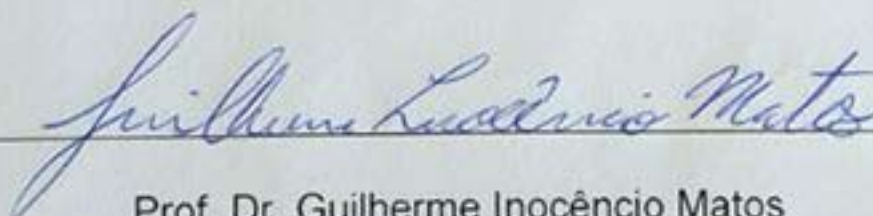
Banca Examinadora



Profa. Dra. Rosana Aparecida Ravaglia Soares



Prof. Dr. Carlos Alberto Sanches Pereira



Prof. Dr. Guilherme Inocêncio Matos

A Deus, sempre e em primeiro lugar, a eterna gratidão pelo caminho que me foi confiado. Aos meus filhos, por entenderem minhas ausências. À minha pelos, pelos braços sempre estendidos. E a minha avó, que, presente em minha memória e com os ensinamentos e exemplos dados, foi a base do ser humano que sou.

À minha orientadora Dr<sup>a</sup>. Rosana Ravaglia,  
por me guiar sempre. Aos professores  
Douglas Gonçalves e Rita Carvalho, por me  
estimularem a entrar nesse caminho. A  
todos os professores, por me despertarem  
uma nova paixão profissional.

## RESUMO

A prática de hábitos sustentáveis torna-se, a cada dia mais, uma necessidade para cada um de nós, sendo assim uma importante mudança que pode ser realizada através de reforços à educação formal. Essa prática, constante, torna-se cada dia mais essencial e, por isso, esse estudo realizado através de um trabalho de conscientização no Instituto Dagaz, ONG localizada na cidade de Volta Redonda, resultou na produção do Manual de Oficina Consciente. As oficinas são voltadas para o tema, com objetivo de ampliar as ações abrangendo um número maior de instituições. O estudo apresenta ainda a importância da educação não formal, da formação e fortalecimento das parcerias entre os setores privados, público e terceiro setor e da prática das leis instituídas em nosso país. A realização das oficinas no instituto como projeto na área de conscientização ambiental, obteve grande adesão e participação comunitária, percebendo-se dessa forma a oportunidade de ampliação do trabalho através da construção do manual. Assim, o Manual de Oficinas Conscientes, elaborado a partir das vivências nas oficinas, trabalha novas visões de mundo e novas práticas cotidianas e nasce com o objetivo de ser aplicado nas mais diferentes instituições, tais como escolas, associações, coletivos que trabalham com educação e práticas saudáveis de forma ampla. Dessa forma, pode-se fortalecer o papel da educação formal, seja ela oferecida pelo estado ou pelo setor privado. O manual possui 30 páginas que orientam sobre como realizar as oficinas, as necessidades de cada uma delas e os resultados esperados. Contém ainda dicas que facilmente podem ser usadas no dia a dia de cada um, transformando o modo de viver em uma forma mais sustentável e promissora.

**Palavras-chave:** Meio ambiente. Mudança de hábito. Sustentabilidade. Consumo consciente. Educação não formal.

## **ABSTRACT**

The practice of sustainable habits becomes, every day more, a necessity for each one of us, being thus an important change that can be realized through reinforcements to the formal education. This constant practice is becoming more and more essential and, therefore, this study carried out through a work of awareness at the Dagaz Institute, an ONG located in the city of Volta Redonda, resulted in the production of the Conscious Workshop Handbook. The workshops are focused on the theme purpose of extending the actions covering a larger number of institutions. The study also highlights the importance of non-formal education, training and strengthening partnerships between the private, public and third sector and the practice of laws instituted in our country. The realization of the workshops in the institute as a project in the area of environmental awareness, obtained great adhesion and community participation, perceiving in this way the opportunity to expand the work through the construction of the manual. Thus, the Conscious Workshop Manual, based on experiences in the workshops, works out new worldviews and new daily practices and is born with the objective of being applied in the most different institutions, such as schools, associations, groups working with education and practices. In this way, the role of formal education, whether offered by the state or the private sector, can be strengthened. The manual has 30 pages that guide how to carry out the workshops, the needs of each one of them and the expected results. It also contains tips that can easily be used in each day's lives, transforming the way of living in a more sustainable and promising way.

**Key-words:** Change of habit. Sustainability. Conscious consumption. Non-formal education.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Diagrama da participação da Sociedade Civil no Ciclo de Políticas Públicas.....	25
Figura 2 - Os objetivos do Desenvolvimento Sustentável. ....	36
Figura 3 - Capa e apresentação do Manual de Oficina Consciente .....	52
Figura 4 - Introdução .....	53
Figura 5 - Sumário Manual de Oficina Consciente .....	54
Figura 6 - Abertura .....	55
Figura 7 - Abertura .....	56
Figura 8 - Abertura .....	57
Figura 9 - Oficina 1 – Manual Oficina Consciente .....	58
Figura 10 - Oficina 1 – Manual Oficina Consciente .....	59
Figura 11 - Lista de Alimentos da Oficina 1 do Manual Oficina Consciente .....	60
Figura 12 - Oficina 2 – Manual Oficina Consciente .....	61
Figura 13 - Oficina 2 – Manual Oficina Consciente .....	62
Figura 14 - Oficina 3 – Manual Oficina Consciente .....	63
Figura 15 - Oficina 3 – Manual Oficina Consciente .....	64
Figura 16 - Oficina 4 – Manual Oficina Consciente .....	65
Figura 17 - Continuação Oficina 4 e Tabela de Plantio .....	66
Figura 18 - Continuação Oficina 4 e Tabela de Plantio .....	67
Figura 19 - Continuação Oficina 4 e Tabela de Plantio .....	68
Figura 20 - Oficina 5 – Manual Oficina Consciente .....	69
Figura 21 - Oficina 5 – Manual Oficina Consciente .....	70
Figura 22 - Oficina 6 – Manual Oficina Consciente .....	71
Figura 23 - Oficina 6 – Manual Oficina Consciente .....	72
Figura 24 - Oficina 7 – Manual Oficina Consciente .....	73
Figura 25 - Oficina 7 – Manual Oficina Consciente .....	74
Figura 26 - Dicas – O Manual na Prática .....	75
Figura 27 - Dicas – O Manual na Prática .....	76
Figura 28 - Dicas – O Manual na Prática .....	77
Figura 29 - Dicas – O Manual na Prática .....	78
Figura 30 - Dicas – O Manual na Prática .....	79

## SUMÁRIO

	<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1.1</b>	<b>Objetivo .....</b>	<b>12</b>
1.1.1	Geral.....	12
1.1.2	Específico .....	12
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>13</b>
<b>2.1</b>	<b>O Terceiro Setor.....</b>	<b>13</b>
2.1.1	Parceria Público Privada e Terceiro Setor .....	15
2.1.2	Parceria Público Privada e as questões ambientais .....	16
2.1.3	Papel do Terceiro Setor na Educação .....	18
<b>2.2</b>	<b>Leis para sustentação do estudo .....</b>	<b>20</b>
2.2.1	Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA .....	21
2.2.2	Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS .....	22
2.2.3	Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC.....	24
<b>2.3</b>	<b>Reflexões acerca da Educação Formal e Não Formal .....</b>	<b>26</b>
2.3.1	Educação Ambiental .....	31
2.3.2	Educação Ambiental Crítica.....	37
2.3.3	Educação Ambiental Não Formal .....	38
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>41</b>
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>44</b>
<b>4.1</b>	<b>Análise de Resultados das Oficinas .....</b>	<b>47</b>
4.1.1	Produto: Manual de Oficina Consciente.....	50
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>80</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>81</b>

## APRESENTAÇÃO

Minhas primeiras lembranças das brincadeiras de criança me levam a uma escolinha entre as colegas onde eu sempre queria ser a professora. Dava aula para minhas bonecas e para minhas amigas. Amava ensinar, interagir, passar e corrigir deveres, incentivar as leituras. Enfim, até os 13 anos a sala de aula imaginária era meu palco, meu espaço no mundo, onde eu sempre realizava meu sonho de ser professora.

Adolescente, com mãe e pai jornalistas, comecei a me encantar pela Comunicação. Aos 17, passei no vestibular para Publicidade e Marketing, na ESPM. Fiz a Pós Graduação em Propaganda e Marketing na Universidade Federal de Juiz de Fora. Na área de publicidade, trabalhei durante 15 anos e consegui realizar o sonho de ser professora no curso de publicidade do UniFOA, descobrindo uma grande vocação.

Com dois filhos pequenos precisando da minha atenção, tive que abandonar a sala de aula. Com filhos maiores, comecei a pensar em fazer mestrado e a voltar às salas de aula.

A escolha do tema foi difícil. Entrar em conflito com a minha profissão de publicitária e trabalhar o consumo em sua forma reversa. Descobri que na área ambiental, juntamente com a educação, uma nova paixão. A sustentabilidade e suas enormes variáveis para a busca de um mundo melhor foi o meu maior impulso. A cada olhar dos meus filhos – Marina e Arthur- me incentivando nos momentos mais difíceis eu pensava: “é por eles. Eu devo a eles um mundo melhor”.

Em 2016, abri mão do meu emprego estável para uma proposta de trabalhar educação de uma forma ainda não pensada: em uma ONG. No terceiro setor encontrei a possibilidade de realizar um projeto na área de sustentabilidade e conscientização que se transformou no produto do estudo a seguir.

O estudo a seguir e o produto desenvolvido através do estudo e do trabalho realizado no Instituto Dagaz são bastante gratificantes por ter conseguido gerar conscientização e possibilidade de melhorias no modo de vida da comunidade onde ele foi realizado.

## 1 INTRODUÇÃO

A era consumista em que vivemos hoje e que nos foi imposta através de estratégias mercadológicas e econômicas, principalmente após a Revolução Industrial, período em que se inicia a produção em massa e a necessidade de escoamento dessa produção, logo após a Segunda Guerra Mundial, é apoiada, muitas vezes no conceito de desenvolvimento econômico e atribuída à satisfação imediata das necessidades individuais e ao poder aquisitivo das pessoas.

O estímulo ao consumo para alimentar a economia e “aumentar a autoestima” das populações, através do poder da compra, foi imposto pelos governos para recuperação pós-guerra. O poder da compra, a produção de bens cada vez menos duráveis para descarte imediato e novas aquisições, se tornaram a primeira ordem econômica.

A consolidação e, talvez, a oficialização da abertura dos mercados, denominada “globalização”, fortalecida a partir de meados da década de 80, facilitando e estimulando o intercâmbio cultural, social, econômico, entre outros, torna acessíveis bens de consumo antes apenas disponíveis de forma regional, ou inacessíveis economicamente. Esse, que é um movimento existente desde o velho mundo, através das expedições marítimas que possibilitavam as trocas de todos os tipos, inclusive a mistura de povos, pode-se dizer que até mesmo através das tecnologias e comunicação em rede, se fortalece, facilitando e estimulando o consumo.

Voltando nosso olhar para o Brasil, após a estabilização da economia com a implantação do Plano Real, no ano de 1994, e com a política de estímulo ao consumo, a economia e o consumo do brasileiro tiveram um grande aumento, estimulando a cultura do descarte desnecessário e do comportamento de “ter” cada vez mais.

Isso nos leva a observar uma sociedade que necessita cada vez mais de bens materiais que supram essa carência. Famílias distanciadas pelas novas tecnologias, suprimindo a solidão com novas aquisições. Essas famílias, hoje, com a crise econômica brasileira que se instalou no país a partir de 2009, aumentando o desemprego e a violência, precisam reaprender valores, comportamentos, hábitos de vida e de consumo.

Após a integração do consumismo ao próprio sistema, observamos as mudanças no cenário mundial, tanto em relação ao ambiente onde vivemos, quanto ao nosso comportamento. Assim, essas mudanças passam a ser perceptíveis no que se refere à destruição do meio ambiente e ao esgotamento dos recursos oferecidos pela natureza e saem do âmbito do Estado e dos grupos de ambientalistas.

A mudança de comportamento passa a ser necessidade individual e coletiva, da sociedade civil e da esfera governamental e privada, para que se consigam minimizar os danos já causados diminuindo a frequência deles. O estilo de vida que adotamos, o que compramos e consumimos, a individualidade no consumo e a forma de descarte que adotamos, têm impacto direto na qualidade do ambiente em que vivemos e no equilíbrio ecológico. E essa preocupação hoje deve ser discutida de forma ampla e com a visão de se rever a educação, a forma de se educar e de se formar novos cidadãos.

Com isso, torna-se necessária a união entre família, comunidade, escola, entidades, meios de comunicação, enfim, toda a sociedade para que haja uma melhoria ambiental, minimização dos danos e garantia do acesso das gerações futuras aos recursos naturais. Essa união se dá através de parcerias que tenham esse pensamento como objetivo comum.

Diante dos problemas acarretados com o desenvolvimento econômico e industrial, o projeto visa levar a discussão sobre novos hábitos e uma forma de vida mais sustentável às comunidades consideradas carentes de informação, para que sejam levados à reflexão de como suas podem afetar positiva ou negativamente a construção de um ambiente melhor para se viver e de como a diferença pode ser feita individualmente.

O produto, fruto desse estudo e dessa reflexão, pensado a partir da criação de oficinas de conscientização ambiental, para estimular a mudança de hábitos e a conscientização em relação aos cuidados com ambiente que nos cerca através de um manual de oficinas que possa ser aplicado em instituições educacionais diversas, amparando os serviços públicos e privados na área de educação ambiental.

## **1.1 Objetivo**

### 1.1.1 Geral

Levar discussão e informação sobre conscientização ambiental à diversas comunidades, de forma que seus integrantes sejam levados à reflexão sobre como suas atitudes podem afetar de forma positiva ou negativa a construção de um ambiente melhor para se viver e como a diferença pode ser feita do individual para o coletivo.

### 1.1.2 Específico

Transformar hábitos e práticas, tornando-os mais sustentáveis, através da conscientização, formação de novos valores e propostas de novas alternativas de relacionamento com o ambiente em que vivemos de forma geral, respeitando a individualidade de cada um de nós.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nosso estudo foi baseado no relacionamento entre o primeiro, o segundo e o terceiro setores da economia. Através da realização do trabalho de oficinas aplicado pelo Instituto Dagaz, foi observada a importância desse relacionamento e a necessidade do fortalecimento de parcerias para realização e complementação de serviços ofertados à população em geral.

### 2.1 O Terceiro Setor

As constantes transformações no mercado e nas sociedades estabeleceram novos papéis para os indivíduos em relação às suas responsabilidades e manutenção do bem comum, de acordo com Szazi (2006, p.22): “a sociedade civil organizada assumiu novas responsabilidades pela proteção e defesa de direitos, antes inseridas na órbita exclusiva do Estado”.

A origem do Terceiro Setor tem sua base quando se fala em filantropia, em ajuda ao próximo, muitas vezes relacionadas aos grupos religiosos através, inicialmente, da caridade exercida com os menos favorecidos, sejam em quais áreas forem. Segundo Albuquerque:

As Organizações Sociais que hoje compõem o terceiro setor não são uma criação do século XX e XXI. Na Europa, na América do Norte e, mesmo na América Latina, os movimentos associativos tiveram origem nos séculos XVI e XVII, inicialmente com caráter religioso e político. As desistências religiosas ocorridas na Europa propiciaram que o trabalho organizado socialmente estivesse intimamente ligado com trabalho religioso. Nesse período inicial, as organizações sociais também foram influenciadas pelos sistemas de governo e pelas políticas nacionais vigentes. (2006, p.21).

Ainda segundo Albuquerque (2006), em 1800, surgiram as associações patronais e os sindicatos de trabalhadores, aumentando, diversificando e tendo seus limites e controles exercidos pela Igreja e Estado.

Podemos assim considerar como terceiro setor, igrejas, associações, clubes, entidades que exercem funções sociais e democráticas através, inicialmente, de trabalho voluntário e que não visa lucros. Após a Segunda Guerra Mundial, o pensamento liberal pressupõe um papel mais ativo do Estado de Bem-Estar Social nos âmbitos econômicos, social e cultural, numa clara tentativa de reaproximação entre o Estado e a Sociedade.

Sendo assim, podemos considerar que a resolução dos problemas acontece através da parceria entre o governo, a sociedade civil organizada, as empresas privadas, sindicatos e igrejas, conseguindo assim a transformação social necessária e duradoura, não dependendo de governos que têm seu tempo de atuação limitado.

O termo “ONG” – Organização não Governamental, já utilizado pela ONU desde 1940, designando entidades que executam projetos humanitários e de interesse público (LANDIM, 1998), passa a ser usado a partir da década de 1970, para nominar centros de “educação popular” e movimentos sociais com destaque para conscientização e transformação social.

A “educação popular”, baseada em Paulo Freire, passa a ser utilizada no sentido organizativo-conscientizador, e palavras de ordem como “democracia de base” e “autonomia” constituíam o eixo de seu repertório. Grupos já existentes abandonaram práticas assistenciais-filantrópicas e outros foram criados para incentivar a “organização popular”. (DOIMO, 1995, p. 129-130).

Assim, as instituições, fundações e associações tomaram corpo assumindo o papel designado ao chamado 2º Setor, ou setor privado, em relação à responsabilidade social, atendendo à demanda da comunidade onde essas empresas privadas estão inseridas e complementando o trabalho educacional, ambiental e social do Estado, do poder público e do 1º setor. Podendo assim, ser considerado, o terceiro setor como braço, viés social do setor privado e fomentador dos serviços sociais do primeiro setor.

Esse denominado Terceiro Setor surge através da necessidade de atuação da sociedade civil em causas coletivas e filantrópicas e que, com sua estruturação e força, ganha espaço cada vez maior no mercado, gerando empregos, fortalecendo o setor público, aparando o lado social do setor privado.

Sua característica primordial é a dispersão em inúmeras pequenas ações locais, organizadas por entidades religiosas e centros espíritas, cuja totalização configura-se num sistema beneficente de profunda participação no mercado. (CAMARGO et al., 2001. p.19).

Além de ser essa extensão, o terceiro setor trabalha diretamente com o desenvolvimento humano, nos âmbitos sociais, educacionais, ambientais e esportivos e em diversas necessidades de desenvolvimento necessárias à



sociedade de modo geral, possibilitando que os consumidores de produtos e serviços dos dois primeiros setores tenham maior desenvolvimento e criticidade.

Nesse sentido, uma entidade do terceiro setor necessita de profissionais capacitados e engajados como novos projetos, estando sempre à frente das demandas sociais da comunidade onde estão inseridos, atendendo e suprimindo as necessidades locais. Para a realização desse trabalho, uma instituição do terceiro setor, além de gerar empregos nas mais diversas áreas, possibilita as primeiras experiências profissionais através de estágio e, também, a prestação de serviço dos mais diversos através de voluntariado e de parcerias que possibilitem a realização desses projetos.

Dessa forma, cada vez mais estruturadas e necessárias para o desenvolvimento e complementação dos serviços prestados à sociedade, as Organizações Não Governamentais tornam-se grandes agentes sociais, possibilitando não só a complementação, como já dito, dos papéis exercidos pelos dois primeiros setores, como se tornam essenciais na cadeia de desenvolvimento e sustentação de uma sociedade.

Da ajuda aos famintos e doentes à estruturação e participação no mercado hoje, o terceiro setor ganhou força, importância, relevância e se tornou essencial para complementação dos serviços sociais de responsabilidade do Estado e das empresas privadas, podendo fazer parte do que é chamado Parceria Público Privada - PPP.

### 2.1.1 Parceria Público Privada e Terceiro Setor

As constantes mudanças na economia e as falências repetidas do modelo econômico chamado capitalismo, exigem da sociedade uma permanente adaptação e remodelação dos modelos sociais existentes.

Essa transitoriedade é necessária para adaptação às mudanças, à evolução do modo de vida das sociedades. Essas transformações econômicas das sociedades se devem, em parte, à globalização, fenômeno de abertura de mercados, com mudanças que vão além das fronteiras, com adoção de novas práticas e soluções para problemas presentes e percepção de problemas futuros.

Essas mudanças levaram ao que se denomina Parceria Público Privada e que vem crescendo cada vez mais, à medida que aumentam as exigências em relação à responsabilidade social e também ambiental das empresas com contrapartidas como isenções fiscais. Estar presente na comunidade em que atuam e contribuir para o seu desenvolvimento, diminuindo o impacto causado naquele ambiente passa a ser uma espécie de obrigação, aproximando a comunidade das empresas ali inseridas.

Essas parcerias, somadas às atuações de instituições diversas nas comunidades em questão ampliam a premissa básica da parceria público privada, englobando a atuação cada vez maior do terceiro setor e se tornando uma nova forma de prestação de serviços em geral, dependendo cada vez menos do esquema tradicional de financiamento público e ainda com a divisão de riscos.

Não é uma novidade, mas o que mudou é que as nossas sociedades são menos tolerantes ao risco e dado a interdependência maior entre as economias nacionais e regionais e locais, os custos dos imprevistos são elevados em termos monetários. Isto leva a que parcerias equilibradas podem trabalhar para uma eficiente repartição do risco. (GODOY; JACQUINET, 2012).

Assim, seguindo a linha de pensamento de Rodrigues (1998, p.32), ressalta-se que o novo papel social que o terceiro setor vem assumindo, de parceiro formal do Estado, deve ser entendido à luz do Estado reformado que se está configurando no Brasil, a partir da segunda metade dos anos de 1990. O Estado deixa de ser único produtor de bens e serviços econômicos e sociais, passando a coordenar e regulamentar. Não mais uma estrutura de administração pública burocratizada e com foco no controle de processo, mas, sim, uma estrutura do serviço público gerencial e nas necessidades dos cidadãos e no controle de resultados.

Desenvolve-se assim uma nova relação de parceria que complementa com o terceiro setor, mantendo o controle gerencial nas mãos do setor público, garantindo a qualidade da ação social terceirizada. Podemos dizer que o projeto social passa a ser a ligação da parceria entre o governo e o terceiro setor.

### 2.1.2 Parceria Público Privada e as questões ambientais

Quando falamos sobre as mudanças que ocorrem cada vez com mais força e reorganizam com grande velocidade a forma de vida das sociedades, devemos

entrar no âmbito da educação ambiental, tratada no produto desenvolvido a partir desse estudo. A importância de projetos sociais que levem à reflexão sobre a nossa relação com o meio ambiente, passa a ser parte importante dos trabalhos realizados pelo terceiro setor.

Podemos citar como um ponto marcante da mudança significativa de pensamento a “Rio 92”, a Cúpula da Terra, sobre o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável dos países.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Cnumad), realizada em junho de 1992 no Rio de Janeiro, marcou a forma como a humanidade encara sua relação com o planeta. Foi naquele momento que a comunidade política internacional admitiu claramente que era preciso conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a utilização dos recursos da natureza. (CONFERÊNCIA RIO 92, 2017).

Na reunião – que ficou conhecida como Rio-92, Eco-92 ou Cúpula da Terra, e que aconteceu 20 anos depois da primeira conferência que tratou do tema, em Estocolmo, Suécia, os países reconheceram o conceito de desenvolvimento sustentável e começaram a moldar ações com o objetivo de proteger o meio ambiente. Desde então, estão sendo discutidas propostas para que o progresso se dê em harmonia com a natureza, garantindo a qualidade de vida tanto para a geração atual quanto para as futuras gerações no planeta.

A partir desse momento, passam a ser discutidas de forma mais séria as novas formas de viabilizar o progresso e o desenvolvimento das nações, preservando o meio ambiente. Novas leis e normas são criadas, novas formas de agir e de se comportar são exigidas das empresas, indústrias, governos, sociedades, comunidades e indivíduos.

Nesse momento, cresce a necessidade de parcerias, de ações coletivas que levem a novos comportamentos e de conscientização. Uma nova forma de educar e de criar hábitos se impõe. A necessidade de leis e normas com prazo de implantação e execução começa a ganhar força e expressividade. A exigência de comportamento socialmente responsável em diversas áreas passa a ser obrigatória para as empresas e cidadãos.

Enxergamos, caminhando lado a lado, um crescimento e formalização das instituições de formas e atuações diversas, comprovando o crescimento da força e, principalmente da necessidade das parcerias para realização de trabalhos

educacionais que possam complementar o papel do Estado na formação de cidadãos mais conscientes e atuantes.

### 2.1.3 Papel do Terceiro Setor na Educação

O papel das Organizações Não Governamentais na educação tem seu início quando, como já citado, na década de 70 do século passado, organizações e grupos de pessoas começam a exercer com maior presença e de forma mais organizada, a dedicação ao trabalho social em setores mais carentes da população. Segundo Fernandes (1994), um conjunto de pequenas organizações constituídas por grupos de pessoas oriundas dos setores das igrejas, dos partidos políticos e das universidades, organizam-se em entidades – associações civis sem fins lucrativos – para se dedicar ao trabalho social junto aos setores mais pobres da população.

Essas organizações passam a ter como missão reestruturar o setor social, a defesa dos direitos humanos e a educação, ampliando a compreensão que a classe social menos favorecida tem de seu modo de vida, aumentando a criticidade e a sua participação na sociedade. A prática educativa realizada pelo terceiro setor passa a organizar e mobilizar a sociedade, em busca de melhores condições sociais e direitos.

Com o crescimento do terceiro setor, o papel da ONGs passa a não só apoiar movimentos e mobilizações sociais, mas também a ter papel educativo na sociedade. Concordando com Oliveira e Haddad (2001, p.78), ao trabalhar com tais movimentos, as ONGs agregavam aos fatores relativos à condição de pobreza e classe os fatores ligados ao universo da produção cultural e simbólica.

Segundo os autores, outro fator que influenciou no trabalho educativo das ONGs, foi a luta pela construção de um ensino público de qualidade para a maioria da população. A escola pública passa a ser prioridade para o fortalecimento dos grupos populares.

Ler, escrever, contar, apropriar-se dos conhecimentos que estavam disponíveis para os outros grupos sociais eram demandas daqueles que não tinham acesso aos serviços de escolarização. Isso já se mostrava claro pelos inúmeros trabalhos de escolarização popular, como programas de alfabetização de adultos, creches, escolas comunitárias, todos desenvolvidos pelos movimentos sociais, sindicatos e pelas ONGs, ou com o seu apoio. (OLIVEIRA; HADDAD, 2001, p.78).

Através do papel de complementar os serviços públicos e sua atuação, as ONGs se voltam para assessoria, criação de projetos que apoiam e alicerçam a melhoria dos serviços públicos em geral, mas nesse estudo focado à complementação da educação formal. Todo o trabalho realizado pelo terceiro setor é financiado pelo segundo setor, o setor privado, que passa também a exercer seu papel social através dos trabalhos financiados e realizados por essas instituições.

A participação social das ONGs e do setor privado na formação dos atores sociais, dos membros da sociedade e o reconhecimento do papel da educação como base na formação de pessoas críticas e atuantes na sociedade, torna a escola um serviço importante na democratização da atuação dos serviços sociais.

Essa participação também se apresenta como excelente alternativa para o alcance do desenvolvimento sustentável, promovendo ações de conscientização e atividades que podem mudar a forma como nosso modo de vida impacta no meio ambiente, melhorando nosso relacionamento com o mesmo. Ao lado do Estado, pode-se prover, através da atuação do terceiro setor um crescimento mais igualitário, socialmente justo e menos danoso ao meio ambiente.

Como lembra Almeida (2010, p.12), ao citar o relatório Nosso Futuro Comum, da Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU:

Este relatório, Nosso Futuro Comum, não é uma previsão de decadência, pobreza e dificuldades ambientais cada vez maiores num mundo cada vez mais poluído e com recursos cada vez menores. Vemos ao contrário, a possibilidade de uma nova era de crescimento econômico, que tem de se apoiar em práticas que conservem e expandam a base de recursos ambientais. E acreditamos que tal crescimento é absolutamente essencial para mitigar a grande pobreza que se vem intensificando na maior parte do mundo em desenvolvimento.

Assim, através da atuação do Terceiro Setor, em parceria com o Estado e com o Setor Privado, é possível o desenvolvimento de atividades regulares e sistêmicas que amparem a educação formal no que diz respeito à educação ambiental, estimulando, através de parcerias e trabalho conjunto, a formação de novos hábitos, práticas de novas formas de economia que possibilitem o crescimento com menos impacto negativo no meio ambiente.

Atividades essas que têm seu crescimento amparado por decisões e regulamentações que prezam pela qualidade do ambiente que vivemos e a sua

sustentação. Como definido pela ABONG, Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais, com uma das prioridades para o triênio 2016/2019:

Promoção de novos paradigmas de organização social rumo ao bem viver por meio da visibilização de alternativas já existentes e produção de novas narrativas, da consolidação de um movimento ecológico popular com bases urbanas e rurais, da promoção de comunicação mobilizadora e da construção de alianças estratégicas (cientistas, movimentos urbanos, comunidades religiosas, povos tradicionais, movimentos ambientalistas, coletivos de comunicação, rádios comunitárias, equipes de comunicação das associadas). (ABONG, 2017).

É, portanto, necessária a busca de uma forma de vida que nos permita sanar as nossas necessidades, respeitando os limites da natureza e da comunidade, a sociedade em que vivemos. Com esse objetivo, o Terceiro Setor representa papel de grande importância ao voltar seu olhar para o coletivo e para o futuro das gerações que necessitam dos recursos naturais para sobrevivência, mostrando através de atividades e projetos que é possível sim, viver de uma economia mais limpa, que respeite as fontes de recursos naturais, que não explore mão de obra de nenhuma natureza. É possível também usarmos transportes ecológicos, pensarmos no coletivo, desperdiçarmos menos, nos unirmos e, cada um, cuidando do seu mundo, melhorar o mundo como um todo.

A integração global econômica, incluindo os mercados de trabalho, tem acarretado muitas oportunidades para trabalhadores e empresas e tem impulsionado o crescimento econômico. Contudo, o progresso não tem beneficiado a todos. Milhões de pessoas são traficadas enquanto procuram empregos decentes, sendo mantidas em regime de servidão por dívidas ou em condições análogas à escravidão e são aprisionadas pela pobreza e discriminação. (OIT, 2014; 2017).

## **2.2 Leis para sustentação do estudo**

Vamos aqui tratar de três leis que podem, juntas, efetuar grande mudança na nossa forma de vida. A primeira que vamos analisar é Política Nacional de Educação Ambiental (PNE), no contexto da Educação Ambiental e do seu papel na educação de forma geral, que cita no Artigo 3º que é dever da “sociedade como um todo, manter atenção permanente à formação de valores, atitudes e habilidades que propiciem a atuação individual e coletiva voltada para a prevenção, a identificação e a solução de problemas ambientais.” (BRASIL, 1999).

Em seguida, vamos tratar da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), através de proposta formulada pelo CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente, “formulou proposta de projeto de lei do governo federal que incorporasse subsídios colhidos nos diversos setores da sociedade ligados à gestão de resíduos sólidos”. (BRASIL, 2017).

Finalizando, vamos analisar o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MIROSC), Lei 13.019/2014, para analisar em qual contexto se insere a responsabilidade e o poder das parcerias, que passam a “responder adequadamente às necessidades de uma sociedade civil atuante, que tem muito a contribuir com a democracia brasileira” (BRASIL, 2017).

### 2.2.1 Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA

O manual elaborado a partir de oficinas realizadas no Instituto Dagaz, em Volta Redonda, trata-se de um estudo que envolve uma reeducação na forma de vida e de relacionamento com o meio, não podemos deixar de destacar o que o Governo Federal planeja em termos de educação ambiental para nosso país.

Por definição, na Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, em seu Artigo 1º explica que:

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999).

Essa definição, já no primeiro artigo, embasa todo nosso estudo, quando reforça o papel do indivíduo e da coletividade e ainda a importância de hábitos e comportamentos responsáveis ambientalmente e socialmente, garantindo a sustentabilidade e a qualidade de vida.

Já no Artigo 2º, quando diz “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”, a Política Nacional de Educação Ambiental ampara o projeto, quando cita o caráter não-formal da educação como papel importante no processo de educação ambiental. Nesse sentido, observamos de forma amparada pela lei a

importância da atuação do terceiro setor para suplementação e complementação educacional da sociedade em geral.

Destacamos assim, a importância do papel da parceria público privada e da atuação em conjunto do terceiro setor para transformação social e melhoria das condições de vida em geral. Em especial nesse estudo, para a realização de efetivas transformações sociais.

### 2.2.2 Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS

Com a Política Nacional de Resíduos Sólidos aprovada (02 de agosto de 2010), após mais de 20 anos de discussão no Congresso, se enxerga uma esperança em relação a uma participação efetiva do governo na preocupação com o ambiente que vivemos e com o nosso futuro no planeta.

A referida lei apresenta pontos importantes no que diz respeito à gestão e gerenciamento de resíduos sólidos no Brasil, respeitando a ordem: não geração, redução, reciclagem, tratamento de resíduos e disposição final adequada.

Nessa ordem, podemos entender que o setor público tem sua responsabilidade em fiscalizar e viabilizar o cumprimento da lei, o setor privado a responsabilidade de produzir dentro das conformidades, extraindo de forma correta os recursos com reposição quando necessário e descartando da forma adequada. Já à sociedade civil, cabe o papel de cobrar e exigir uma nova forma de produção, coleta e descarte, realizando de forma efetiva seu papel individual e coletivo, adotando novas práticas e se comportando de forma sustentável.

Prevê a prevenção e a redução na geração de resíduos, tendo como proposta a prática de hábitos de consumo sustentável e um conjunto de instrumentos para propiciar o aumento da reciclagem e da reutilização dos resíduos sólidos (aquilo que tem valor econômico e pode ser reciclado ou reaproveitado) e a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos (aquilo que não pode ser reciclado ou reutilizado). (BRASIL, 2010).

A divisão dos papéis destacadas pela Lei da PNRS, que “Institui a responsabilidade compartilhada dos geradores de resíduos: dos fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, o cidadão e titulares de serviços de manejo dos resíduos sólidos urbanos na Logística Reversa dos resíduos e embalagens pré-consumo e pós-consumo”, requer uma prática diária de cada um de



nós. Enxerga-se necessária a mudança de hábitos proposta através do manual de oficinas, produto desse estudo.

A Lei prevê ainda a criação de planos estaduais, microrregionais, de regiões metropolitanas, planos intermunicipais, municipais de gestão integrada de resíduos sólidos e os planos de gerenciamento de resíduos sólidos.

“...coloca o Brasil em patamar de igualdade aos principais países desenvolvidos no que concerne ao marco legal e inova com a inclusão de catadoras e catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis, tanto na Logística Reversa quando na Coleta Seletiva”. (BRASIL, 2010).

Mas, para que tudo isso que está no papel aconteça de forma prática e efetiva, voltamos a falar do nosso papel como indivíduos e do papel das instituições educacionais de forma geral (sendo escolas do setor público, privado, organizações não governamentais). Precisamos efetivamente agir como atores sociais, buscando soluções que possam amparar a falta de atuação dos setores sociais, uma vez que “A maioria das Prefeituras Municipais ainda não dispõe de recursos técnicos e financeiros para solucionar os problemas ligados à gestão de resíduos sólidos”. (BRASIL, 2010).

A Lei da PNRS, que em seu artigo 3º define “padrões sustentáveis de produção e consumo: produção e consumo de bens e serviços de forma a atender as necessidades das atuais gerações e permitir melhores condições de vida, sem comprometer a qualidade ambiental e o atendimento das necessidades das gerações futuras, (PNRS, 2010), nos dá base para construção de nosso produto, fruto de trabalho de oficinas realizados no Instituto Dagaz em Volta Redonda, justificando a necessidade observada de mudanças de hábitos, transformando nosso comportamento diário em um comportamento mais responsável.

A Lei destaca ainda em seu Artigo 4º “conjunto de princípios, objetivos, instrumentos, diretrizes, metas e ações adotados pelo governo federal, isoladamente ou em regime de cooperação com estados, Distrito Federal, municípios ou particulares...” reforçando a importância da parceria entre os três setores da sociedade para efetiva mudança e resultados positivos na nossa relação com o meio ambiente. E destaca ainda, no Artigo 5º que “a PNRS integra a Política Nacional do Meio Ambiente e articula-se com a Política Nacional de Educação Ambiental”.

Esses dois artigos citados acima, nos comprovam a necessidade da integração entre os setores sociais e a importância de trabalhos conjuntos, sistêmicos, regulares e suplementares de todas as áreas, visto que o Artigo 6º define “a cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade; o respeito às diversidades locais e regionais; o direito da sociedade à informação e ao controle social”.

As definições citadas acima, nos comprovam o que defendemos no capítulo sobre educação, com base na Pedagogia da Esperança de Paulo Freire, quando falamos da importância das necessidades locais, do respeito às culturas e modos de vida de cada setor social, da cooperação e do direito das sociedades em atuar como participantes das decisões que influenciarão suas vidas.

Já o Artigo 7º da lei PNRS cita o “estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços”, (BRASIL, 2010) reforçando assim a necessidade de mudança de hábito, adoção de novas atitudes diárias que passam por novas formas de consumo, diminuição de desperdícios de recursos naturais, hábitos de vida mais saudáveis, conscientização para escolhas mais sustentáveis e novas formas de economia.

Reforçando o que foi dito acima, no Capítulo III da lei onde se trata das disposições gerais da PNRS, em seu Artigo 25 nos diz que “O poder público, o setor empresarial e a coletividade são responsáveis pela efetividade das ações voltadas para assegurar a observância da Política Nacional de Resíduos Sólidos”. (BRASIL, 2010).

O que mostra a importância da atuação de cada indivíduo e de cada setor social para real melhoria de nosso ambiente e preservação para as gerações futuras.

### 2.2.3 Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC

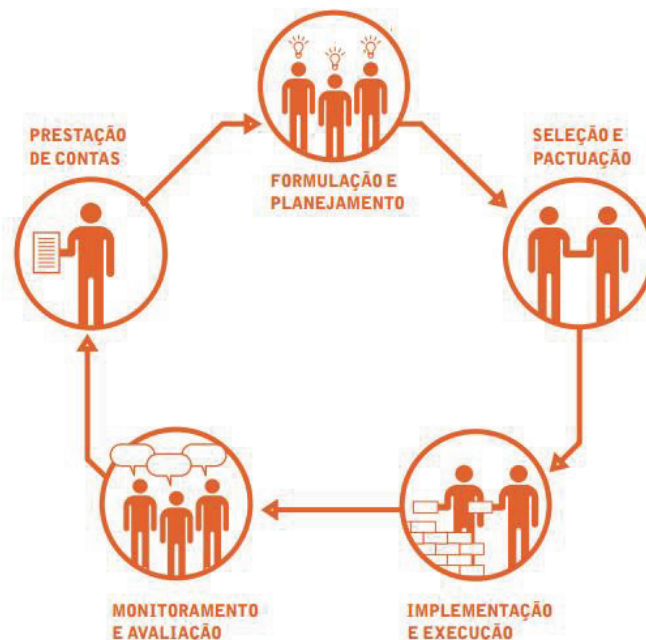
Entrando agora no Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, instituído através da Lei 13.019/2014 e em vigor em 2016, sendo que nos municípios em janeiro de 2017, vamos analisar a importância e o papel das Organizações Não Governamentais em suas parcerias com os governos e com o setor privado.

Entende-se por organizações da sociedade civil “entidades privadas, sem fins lucrativos, que atuam na promoção e defesa de direitos e em atividades nas áreas de direitos humanos, saúde, educação, cultura, assistência social, entre outras.” (BRASIL, 2014). E por essa definição, entendemos a função educativa e de promoção de uma melhor qualidade de vida das entidades do terceiro setor.

Por ser nosso produto fruto de atividade sistêmica realizada no Instituto Dagaz – ONG localizada no município de Volta Redonda/RJ, o embasamento feito através do MROSC nos garante resultados positivos. Promove transformação social, melhoria de qualidade de vida e formação de atores sociais críticos e capazes de exigir novos comportamentos sociais que podem garantir um futuro com qualidade para a comunidade e sociedade em que vivem.

A Figura 1 representa bem a participação da sociedade civil e ilustra o papel de cada indivíduo como agente transformador e reforça o que a Lei 13.019/2014 “traz como principal avanço a criação de regime jurídico próprio para as parcerias entre Estado e organizações da sociedade civil”.

Figura 1 - Diagrama da participação da Sociedade Civil no Ciclo de Políticas Públicas



Fonte: [www.portal.convenios.gov.br](http://www.portal.convenios.gov.br)

Essa análise, da importância e do papel do terceiro setor e da sociedade civil em geral se torna importante ao percebermos o quanto os dois se tornam

responsáveis pelas políticas nacionais e pela atuação do primeiro setor, tanto em parcerias, quanto na regulamentação e aprovação de ações e projetos que realmente promovam as transformações sociais necessárias.

Podemos finalizar analisando a Lei, quando em seu Artigo 5º preconiza “a solidariedade, a cooperação e o respeito à diversidade para a construção de valores de cidadania e inclusão social e produtiva” e ainda “a promoção do desenvolvimento local, regional e nacional, inclusivo e sustentável”. (BRASIL, 2014).

Assim, analisando as três leis, podemos concluir a importância da junção de poderes, da atuação social em conjunto para que assim possamos ter resultados efetivos dentro do esperado com o nosso Manual de Oficina Consciente, a real mudança de comportamento e a complementação das ações educativas formais.

### **2.3 Reflexões acerca da Educação Formal e Não Formal**

Ao falar de educação, baseamos nosso estudo em Paulo Freire e Lev Vygotsky. Em Freire, no livro “Pedagogia da Esperança”, encontramos o alicerce, a base para nosso estudo e criação do nosso produto final: Manual Oficina Consciente – Mudando meu mundo para um mundo melhor. Em Vygotsky, por atribuir papel de grande importância às relações sociais no processo educacional.

Não quero dizer, porém, que, porque esperançoso, atribuo a minha esperança o poder de transformar a realidade e assim convencido, parto para o embate, sem levar em consideração os dados concretos, materiais, afirmando que minha esperança basta. Minha esperança é necessária, mas não é suficiente. Ela só não ganha a luta, mas sem a luta fraqueja e titubeia. Precisamos da herança crítica, como peixe precisa de água despoluída. (FREIRE, 1992, p.9).

A criação do manual se baseia nessa esperança e tem com foco uma mudança de hábitos e de comportamento que gerem reflexo em um mundo mais equilibrado, mais justo e mais preocupado com o futuro das gerações seguintes. Um futuro que seja diferente do desenvolvimento industrial e avanço da tecnologia, que fizeram a humanidade avançar em grandes áreas diminuindo a mortalidade, aumentando a expectativa de vida, dando acesso a diversas classes a bens de consumo antes somente acessíveis a classes econômicas mais favorecidas.

O preço pago por esse futuro, esse avanço todo e pela falta de um pensar em como avançar, gerou um alto prejuízo que está sendo pago pelo nosso planeta. A

escassez dos recursos naturais está mais próxima do que imaginamos e, agora, temos que correr para pensarmos em como reverter, frear e diminuir os danos causados.

A educação e a mudança da forma de pensar com esperança de um mundo melhor podem mudar esse futuro tão desastroso. Freire fala da esperança como necessidade antológica “a esperança precisa da prática para torna-se concretude histórica” (FREIRE, 1992, p.6). E essa prática proposta através de oficinas que levem à reflexão, ao despertar para uma nova forma de se comportar em relação ao ambiente e ao mundo.

A mudança de hábitos e da forma de se relacionar com o meio ambiente, propostas desse trabalho, surge como solução para os problemas enfrentados pelo comportamento, muitas vezes, errado que temos em relação ao meio ambiente. “Um problema deve surgir, que não possa ser solucionado a não ser que pela formação de um novo conceito” (VIGOTSKY, 1962, p. 55). Dessa forma, o levantamento dos problemas e a mudança de relacionamento com o meio em que vivemos, tende a formar uma nova forma de vida, um novo conceito.

A educação que vem da base familiar, cultural e educacional, necessita de complementação através de atividades práticas e contínuas, reforçando e amparando o que é praticado nessas outras áreas. Precisamos pensar em mudanças, na evolução que pode melhorar o que hoje temos como referência de vida. Freire defende isso muito bem:

Para superarmos, de um lado, os sectarismos fundados nas verdades universais e únicas; do outro, as acomodações pragmáticas aos fatos, como se eles tivessem virado imutáveis, tão ao gosto de posições modernas, os primeiros, e modernistas as segundas, temos de ser pós modernamente radicais e utópicos. Progressistas. (FREIRE, 1992, p. 10).

Progressão no sentido de mudanças positivas, de um pensamento maior no coletivo, em novas formas de vida que possam caminhar em harmonia com a evolução do planeta. Progressão justa e igualitária, respeitando a cultura, o meio e as necessidades de cada comunidade.

Já conseguimos, hoje, observar muitas ações e pensamentos que começam a ser reformulados por se perceber que não são suficientes, que é preciso pensar de forma completa, analisando todo o ciclo de ações e refletindo sobre uma forma

menos impactante para continuarmos nos desenvolvendo e avançando tecnológica e estruturalmente. Porém, precisamos pensar em como as atitudes e comportamentos individuais de cada um podem influenciar mudanças positivas.

A prática de novos hábitos, influenciando em mudanças de comportamento de forma geral, como defende Freire “as ideias que precisam ser definidas, que implicam outras... vão se gestando ao longo da sua prática na prática social maior de que fazem parte.” (p.11). Reforçando ainda a nossa proposta, Freire nos lembra que “A mudança de compreensão, de importância fundamental, não significa, porém, ainda, a mudança de concreto.” (FREIRE, 1992, p. 14).

De acordo com Vygotsky (2012), todas as atividades cognitivas básicas do indivíduo ocorrem de acordo com sua história social e acabam se constituindo no produto do desenvolvimento histórico-social de sua comunidade. Assim, reforçamos a importância da relação com o meio em que vivemos e a influência dele sobre nossa formação, ressaltando a relevância da mudança de forma de se relacionar com o mesmo.

Por esse pensamento a proposta de, através do trabalho realizado no Instituto Dagaz, produzir um manual que possa ser aplicado em diversas outras comunidades e grupos, nos faz sonhar e acreditar em pequenos passos, mas que possam representar uma mudança concreta e verdadeira, que produza frutos e que reflita em outras camadas daquela comunidade, daquela família que recebe a semente da mudança.

A nossa teoria e inspiração de transformar esse trabalho realizado em um produto para que possa ser reproduzido e produzir mais frutos, começa com a Pedagogia do Oprimido, de Paulo Freire, que resultou na Pedagogia da Esperança. Isso porque o estudo oportuniza novas formas de pensamento, através de trabalhos de conscientização e discussões em grupo que permitem uma nova forma de enxergar o mundo e uma nova forma de se relacionar com ele. Essa conscientização forma, de certo modo, atores sociais com maior criticidade.

Ao entender que quem possui o menor acesso à renda tem, quase sempre, menor acesso ao estudo, às oportunidades e à informação, que são a base para formação de um pensamento crítico e questionador, refletimos junto com Freire que um povo que tenha a “conscientização que lhe possibilita inserir-se no processo

histórico, como sujeito, evita os fanatismos e o inscreve na busca de sua afirmação”. Complementando ainda quando diz “se a tomada de consciência abre caminho a expressão de insatisfações sociais, se deve ainda que estas são componentes reais de uma situação de opressão”.

Estar insatisfeito, incomodado, nos faz buscar novas formas de viver. A insatisfação pode ser vista como propulsora de uma nova forma de pensar, de agir e de se comportar. Estar insatisfeito com o sistema atual, com a forma que levamos a vida nos dias de hoje, ou com a forma que a vida nos leva, nos faz querer mudar e levar essa mudança para mais e mais pessoas, de tal forma que se possa formar um novo comportamento, refletindo em um ambiente de vida mais equilibrado, justo e igualitário, preservando ainda o futuro do meio ambiente.

A ideia de propor uma mudança de hábito e de forma de vida deve levar em consideração, com base em toda ideia educacional de Freire, o ambiente de cada comunidade a ser trabalhada, através de uma observação local do modo de vida e das necessidades das famílias envolvidas. Isso, concordando com o método de inspiração desse trabalho, quando Freire nos lembra “Assim como é errado ficar aderido ao local, perdendo-se a visão do todo, errado é também pairar sobre o todo sem referência ao local de onde se veio” (FREIRE, 1992, p. 45).

Essa observação se faz importante para construção do trabalho, por levar em conta que cada comunidade possui em sua constituição características, carência e necessidades diferentes, podendo assim, através do trabalho, atender às demandas de cada localidade, sem fugir do tema principal que é o estímulo à mudança de hábitos e o desenvolvimento de uma nova relação com o meio ambiente.

Freire ainda nos reforça esse pensamento e esse cuidado em respeitar a individualidade de cada local:

O respeito ao saber popular implica, necessariamente, ao respeito ao contexto cultural. A localidade dos educandos é o ponto de partida para o conhecimento que eles vão criando do mundo. “Seu” mundo, em última análise é a primeira e inevitável face do mundo mesmo. (FREIRE, 1992, p. 44).

Assim, antes de falarmos da importância da Educação Ambiental e da necessidade da complementação ao que já é feito na educação formal, através das leis educacionais e do empenho das instituições de ensino, sentimos a necessidade

de mergulhar na Pedagogia da Esperança, pois nada do que vamos tratar e do que esperamos como resultado do nosso produto se faz e se pensa sem a esperança e a crença em um mundo mais harmônico e respeitoso em relação ao ambiente em que vivemos e a cada um de nós que dele faz parte, “não há mudança sem sonho como não há sonho sem esperança”. (FREIRE, 1992, p. 47).

Reforçando ainda que, quando falamos de esperança, significa dizer sempre que sonhamos com um mundo melhor. Um mundo que, após tantas mudanças, evoluções e revoluções, começa a entender que é preciso uma forma de vida mais harmônica. Uma forma onde possamos enxergar que somos parte desse ambiente em que vivemos e, que quanto mais em harmonia e equilíbrio de formas gerais, ele estiver, melhor será nossa vida de forma individual e coletiva.

A transformação só acontece se realmente nos empenharmos em mudar nossos hábitos e nosso olhar. Essa mudança tão desejada vem ao encontro do momento pelo qual o mundo, nosso país e nossas cidades passam, com graves crises, políticas, sociais, econômicas.

Historicamente, é nesse momento de crise que paramos para analisar que algo está sendo feito errado. São esses momentos que inspiram e fomentam mudanças que serão capazes de traçar novos e melhores tempos. Freire nos lembra que:

Momentos históricos, como o que vivemos hoje no país e fora dele, é a realidade mesma que grita, advertindo as classes sociais da urgência de novas formas de encontro para a procura de soluções inadiáveis (FREIRE, 1992, p. 47).

Esta é nossa necessidade nesse momento: mudanças, novo olhar para a comunidade, pensamento coletivo, preservação ambiental, vida sustentável e respeito ao Planeta.

Assim, podemos dizer que a Educação Ambiental se torna essencial e obrigatória, de forma sistêmica, multidisciplinar e regular. Podemos também dizer, com análise do trabalho realizado que origina nosso produto, que a complementação da educação formal e da ação governamental, o primeiro setor, e pelas empresas, o segundo setor, pode se fazer importante quando suplementado pelo terceiro setor e envolvimento da sociedade civil em geral.



O fortalecimento da educação ambiental pode ser considerado o futuro da educação para a melhoria do nosso relacionamento com o meio ambiente e o que pode realmente mudar nossa relação com o mundo, tornando-a mais saudável, equilibrada e justa.

### 2.3.1 Educação Ambiental

Hoje muito se fala em sustentabilidade, em responsabilidade sócio ambiental, em ecologia e em meio ambiente. As empresas começam a repensar o seu ciclo de produção, muitas organizações começam a trabalhar a conscientização, mas ainda com ações, na maioria das vezes pontuais e muitas vezes para ter o título de empresa sustentável.

A mudança nos padrões de consumo é histórica e pode ser analisada pelo papel de cada indivíduo em seu meio, através do qual o amadurecimento da consciência de cada um e do coletivo dá a possibilidade de entender que o poder está nas mãos de cada um de nós, do cidadão comum, dando ao indivíduo a alternativa de se tornar consciente e responsável atuante no exercício de seus papéis.

Mas, para que essa mudança seja efetiva, é necessário trabalhar a base, a educação e, em algumas situações, a reeducação, a criação de novos hábitos, de novas formas de comportamento. E para isso, para uma mudança de forma de vida, é necessário um trabalho árduo que necessita de amparo e complementação para além dos muros escolares.

A Educação Ambiental passa a ser necessidade em quaisquer esferas sociais que exerçam papel educacional. Toda e qualquer escola, instituição de ensino e de apoio de ONGs passam, a ter papel de grande importância para levar reflexão, despertar novos pensamentos e vontades e criar novos hábitos que levem em consideração o meio ambiente e sua preservação.

Sendo a educação ambiental multidisciplinar, começa a se pensar em uma forma mais efetiva e contínua de educar com foco em uma vida mais sustentável e menos danosa ao meio ambiente.

A sustentabilidade tornou-se um tema gerador preponderante neste início de milênio para pensar não só o planeta, um tema portador de um projeto social global e capaz de reeducar nosso olhar e todos os nossos sentidos,

capaz de reacender a esperança num futuro possível, com dignidade para todos. (GADOTTI, 2003, p. 11).

Podemos usar como exemplo o foco dado na questão da coleta seletiva que, bastante trabalhada nas escolas, tanto pública como particulares e, em iniciativas diversas, ainda não é encarada com fase de um processo apenas. Ainda não tem um olhar completo: o que se fazer com o que foi coletado? Para onde vai? O destino final? Como diminuir?

Esse exemplo deixa claro que as ações de Educação Ambiental têm e devem ser integradas. Devemos pensar em ações que sejam cíclicas, deve-se ter um ciclo que se fecha, não somente, como no exemplo, coletar o que pode ser reciclado.

Por isso, enxerga-se a necessidade de um trabalho completo, regular e que desperte o olhar para novas formas de viver. Trabalho esse que, somado à Educação Ambiental oferecida de forma tradicional, pode somar e gerar inúmeros frutos.

Sendo uma forma de socializar, dividir conhecimentos, culturas e costumes, podemos concordar que “A educação terá um papel determinante na criação da sensibilidade social necessária para reorientar a humanidade” (ASSMANN, 2001, p. 26).

Reorientação essa tão necessária nos dias de hoje e com os inúmeros pedidos de socorro do nosso planeta. Nesse sentido, complementa Morin, afirmando que:

Por isso, a educação deveria mostrar e ilustrar o Destino multifacetado do humano: o destino da espécie humana, o destino individual, o destino social, o destino histórico, todos entrelaçados e inseparáveis. Assim, uma das vocações essenciais da educação do futuro será o exame e o estudo da complexidade humana. Conduziria à tomada de conhecimento, por conseguinte, de consciência, da condição comum a todos os humanos e da muito rica e necessária diversidade dos indivíduos, dos povos, das culturas, sobre nosso enraizamento como cidadãos da Terra. (MORIN, 2003, p. 61).

Assim, podemos tratar também do termo sustentabilidade que vem sendo usado de forma ampla por instituições de diversas naturezas, de forma generalizada.

Definindo o termo, em consulta em relacionada ao significado do mesmo, explica-se como “Qualidade de sustentável”, que ao aprofundarmos, se define “sustentável: que se pode sustentar” e, por sustentar, entende “segurar por baixo,

sustentar, resistir”, mas também, “prover víveres ou munição, amparar, animar, proteger, estimular” (FERREIRA, 1986, p. 1635).

De acordo com o Dicionário Ilustrado de Meio Ambiente, desenvolvido pela Secretaria do Meio Ambiente do Governo do Estado de São Paulo:

O conceito de sustentabilidade pode ser aplicado a diversos contextos (ambiental, social, econômico, etc.) e inclui práticas e ações que visam à manutenção de recursos de um sistema ou processo, a fim de que não sejam levados à exaustão e possam ser utilizados pelas gerações futuras. (SMA-SP, 2012).

Podemos então, definir, diante do amplo uso do termo, como a necessidade de se preservar os recursos ambientais e de diversas naturezas, promovendo desenvolvimento humano e econômico que preserve os recursos para o futuro. Ações essas que só podem ser realizadas com mudanças de comportamento e de hábito e formação crítica capaz de exigir de instâncias superiores um novo comportamento e nova forma de se desenvolver.

A forma de viver mais sustentável, diante da análise já feita aqui, torna-se uma forma de vida que necessita, com urgência ser divulgada, disseminada, propagada e, de certa forma, imposta a cada indivíduo, cada família, cada comunidade, de forma a surtir efeitos positivos no ambiente. Isso se dá através de novas políticas e novos comportamentos que passam a exigir dos governos, lideranças e setores privados um novo comportamento. Gadotti nos fortalece quando diz:

O desenvolvimento sustentável, ao nosso ver, só pode, de fato, enfrentar a deterioração da vida no planeta na medida em que está associado a um projeto mais amplo, que possibilite o advento de uma sociedade justa, equitativa e incluyente, o oposto do projeto neoliberal e neoconservador. Só com o apoio forte dos trabalhadores da cidade e do campo, dos movimentos sociais e populares, podemos construir um novo modelo de desenvolvimento e de educação verdadeiramente sustentáveis. (GADOTTI, 2003, p. 5).

É nesse momento de tamanho desespero do nosso planeta e de tamanha necessidade de mudança de comportamento, que enxergamos a grande possibilidade de mudança através da união de forças e da complementação de ações que, ganham assim, o poder transformador que tanto estamos precisando. Mostrar que é nosso papel transformar e exigir transformação baseados em estudos,

em observações de cada ambiente e da necessidade de cada um deles se torna salutar nesse momento.

O cenário está dado: globalização provocada pelo avanço da revolução tecnológica, caracterizada pela internacionalização da produção e pela expansão dos fluxos financeiros; regionalização caracterizada pela formação de blocos econômicos; fragmentação que divide globalizadores e globalizados, centro e periferia, os que morrem de fome e os que morrem pelo consumo excessivo de alimentos, rivalidades regionais, confrontos políticos, étnicos e confessionais, terrorismo. (GADOTTI, 2003, p. 82).

Para que isso aconteça de forma efetiva e com resultados duradouros, entendemos a grande importância da educação ambiental, que passa a ser fator determinante, passa a ser educação, mas diferindo da Educação Ambiental Conservadora e se assemelhando à Educação Ambiental Crítica. A Educação Ambiental Crítica propõe, de acordo com Loureiro (2004, p. 11), a promoção e o questionamento às abordagens comportamentalistas, reducionistas e dualistas no entendimento da relação cultura-natureza.

Podemos então considerar nosso trabalho com uma forma de criticidade ao nosso comportamento atual, a forma como nos relacionamos com ambiente, nos levando a refletir sobre uma forma de vida mais harmônica, respeitosa e pensada, analisando o que desejamos como futuro sob uma perspectiva de transformação social efetiva.

A educação ambiental crítica é a que supomos ter mais força no que se propõe nesse trabalho, por ter a pretensão de analisar os problemas socioambientais em sua raiz, sem a ideologia encontrada nos projetos ambientais realizados por diferentes entidades. Força por incentivar a formação de cidadãos críticos, pensantes e capazes de refletir sobre o seu mundo e realizar interferências no mesmo.

Em uma concepção crítica de Educação Ambiental, acredita-se que a transformação da sociedade é causada e consequência da transformação de cada indivíduo, há uma reciprocidade dos processos no qual propicia a transformação de ambos. Nesta visão o educando e o educador são agentes sociais que atuam no processo de transformações sociais; portanto, o ensino é teoria/prática, é práxis. Ensino que se abre para a comunidade com seus problemas sociais e ambientais, sendo estes conteúdos de trabalho pedagógico. (GUIMARÃES, 2000, p.17).

A visão crítica que transforma, da educação ambiental, de acordo com Lima (2002) e Loureiro (2004), se caracteriza como possuidora de atitude reflexiva diante

dos desafios que a crise civilizatória nos coloca, partindo do princípio de que o modo como vivemos não atende aos desejos de todos e que é preciso criar novos caminhos. E para a criação desses novos caminhos, é necessário que os atores sociais, os cidadãos de cada comunidade, se reconheçam como parte do processo de mudança, refletindo e criando, a partir daí novos arranjos de vida, que se harmonizem com o ambiente em que vivem.

Concordando com nosso estudo e nossa proposta, a educação ambiental crítica tem como base a participação social, a inserção dos atores sociais no processo de transformação, estimulando a prática da cidadania. Assim, nosso projeto de criar o *Manual Oficina Consciente* se insere no modelo proposto de Educação Ambiental Crítica, que sugere a análise de cada comunidade e mudança de hábitos, respeitando as características e formas de vida locais.

Ao contrário do que ocorreu na origem do ambientalismo, o objeto de escolha do pensamento ecológico atualmente não se situa mais entre desenvolvimento ou proteção do meio ambiente. A escolha se coloca precisamente entre que tipo de desenvolvimento se deseja implementar de agora em diante uma vez que, após a criação das tecnologias limpas – a nova vantagem competitiva no mercado –, desenvolvimento e meio ambiente deixaram de ser considerados como duas realidades antagônicas, e passaram a ser complementares. (LAYRAGUES, 1997, p. 1).

A escolha do tipo de desenvolvimento, sugerida por Layragues (1997), pode ser acompanhada pela escolha de que forma queremos nos relacionar com o ambiente em que vivemos. A proposta de novas formas de vida, com olhar para o todo e para o futuro, nos transforma em atores sociais realmente atuantes, a partir do momento em que nossas escolhas individuais e coletivas vão determinar como a sociedade passa a se comportar. Nossas escolhas e exigências passam a determinar como será o mundo daqui para frente.

Voltando o olhar para a Educação Ambiental Crítica, a simplificação para que realmente se coloque em prática o que as conferências mundiais sobre o tema determinam desde a Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental em Tbilisi (1977), responsável por definir bases para nortear a educação ambiental como um processo dinâmico, integrativo, transformador, participativo, abrangente, globalizador, permanente e contextualizador, até a definição das ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, adotada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o tema, realizada em setembro de 2015, que é composta por 17 objetivos e 169

metas a serem atingidas até 2030, podemos analisar que o processo se torna mais simples e capaz de ser colocado em prática.

Os 17 objetivos determinados pela Cúpula das Nações Unidas em 2015 simplificam e tornam acessíveis as práticas de novos hábitos, assegurando um desenvolvimento sustentável e respeitoso em relação às características de cada comunidade. Respeito e consideração sempre destacados nesse trabalho e defendido por Layragues, quando afirma:

A necessidade do amplo conhecimento das culturas e dos ecossistemas, sobretudo em como as pessoas se relacionam com o ambiente e como elas enfrentam seus dilemas cotidianos, afirmando ainda a importância do “envolvimento dos cidadãos no planejamento das estratégias, pois eles são os maiores conhecedores da realidade local. (LYARAGUES, 2004).

Figura 2 - Os objetivos do Desenvolvimento Sustentável.



Fonte: <http://www.itamaraty.gov.br>.

Assim, a adoção e prática da Educação Ambiental Crítica, criando espaço para reflexão e criticidade, desenvolvendo estratégias que levem em consideração as características e necessidades locais, considerando também o papel e, acima de tudo, a atuação dos cidadãos envolvidos no processo e muito além, propiciando a prática de novos hábitos, defendida nesse trabalho, concorda com toda a base do nosso estudo em Paulo Freire.

### 2.3.2 Educação Ambiental Crítica

Ao propormos a participação social, da comunidade atendida pelo Instituto Dagaz, onde a realização de oficinas deu origem ao Manual de Oficinas Conscientes, passamos a utilizar ferramentas baseadas na Educação Ambiental Crítica, EAC, concordando com Guimarães “por compreender ser necessário diferenciar uma ação educativa que seja capaz de contribuir com a transformação de uma realidade que, historicamente, se coloca em uma grave crise socioambiental.”

Isso porque acredito que vem se consolidando perante a sociedade uma perspectiva de educação ambiental que reflete uma compreensão e uma postura educacional e de mundo, subsidiada por um referencial paradigmático e compromissos ideológicos, que se manifestam hegemonicamente na constituição da sociedade atual. (GUIMARÃES, 2017).

Buscando atender às diversas necessidades da crise ambiental e social em que nos encontramos, devemos “entender o meio ambiente não só em seu aspecto biofísico, e sim como integrado a sociedade, as relações políticas, econômicas e sociais em geral”, conforme Pinto (2017).

Dar espaço para a participação comunitária, ouvindo as demandas e estimulando a capacidade reflexiva em relação aos hábitos diários, ao comportamento em relação ao meio em que vivem, estimular a reflexão e o pensamento analítico para que os participantes das oficinas formem opinião própria e passem a ser mais capazes de tomar decisões assertivas e que voltadas para o coletivo são faces que concordam com Carvalho (2004) quando considera tornar o sujeito alguém pertencente ao meio do qual faz parte.

A mudança proposta pelo manual e pelas oficinas nele inseridas interfere na realidade da comunidade onde as ações são praticadas, concorda com Guimarães (2004), segundo o qual, a Educação Ambiental Crítica deve estar relacionada à intervenção da realidade a partir das ações do sujeito ativo.

A transformação de hábitos proposta pelo manual consiste em uma transformação que passa pelo indivíduo e chega no coletivo, sendo assim capaz de transformar uma sociedade como um todo. Guimarães defende que “planejar ações pedagógicas em que as práticas sejam viabilizadas”, superando a relação cognitivo (razão) e afetivo (emoção), acrescentando a estas um caráter mais

transformador, capaz de fazer com que o sujeito exerça a prática da educação ambiental na realidade onde está inserido.

Nesse sentido, o manual proposto concorda com a Educação Ambiental Crítica, quando leva em consideração a realidade local, a cultura e as necessidades das comunidades, criando assim espaço para que os membros possam construir uma nova forma de relacionamento com o ambiente que o cerca e com os outros membros comunitários, despertando também uma nova consciência.

Ao utilizar a prática e o meio em que vivem para a realização das oficinas propostas, o manual se transforma em um método de integração social e desperta a criticidade.

### 2.3.3 Educação Ambiental Não Formal

Não podemos deixar de tratar nesse estudo sobre a Educação Não Formal, aquela que é realizada fora do plano educacional instituído por leis e que complementa lacunas, somando ao serviço educacional oferecido pelas instituições públicas e particulares.

Quando se considera, de acordo com Paracelso, pensador do século XVI, citado por Meszáros (2008), que a aprendizagem é a nossa vida, desde a juventude até a velhice, o que se aprende fora dos muros das escolas apresenta grande importância e complementariedade à formação de novos atores sociais.

Isso porque, além do ensino formal, são oferecidas aos educandos e membros sociais em geral, novas formas de experimentação e de vivência com práticas e trocas de experiências das mais diversas, propiciando a reflexão e conscientização de modo geral.

Meszáros (2008) levanta ainda alguns questionamentos que representam grande importância quando se pensa em atuar educativamente além dos muros escolares: Qual o papel da educação na construção de outro mundo possível? Com o construir uma educação cuja principal referência seja o ser humano? Com se constitui uma educação que realize as transformações políticas, econômicas, culturais e sociais necessárias?

Com essa base de questionamentos e de levantamento de hipóteses, a educação não formal faz parte da sustentação desse trabalho, onde a observação



local, a valorização do indivíduo como pessoa e a complementação através das vivências e práticas se dá a todo o tempo de forma a levar compreensão e reflexão acerca do papel do indivíduo na sociedade, no seu meio.

Assim, a educação não formal realizada por esse trabalho e pelo trabalho de Organizações da Sociedade Civil em geral, se encontra de acordo e alinhada ao que é definido como objetivos da Política Nacional de Educação e Direitos Humanos. Abaixo os objetivos que nos levam a compreender melhor e de forma mais ampla a importância de ações e trabalhos realizados em parceria com a educação formal, de acordo com a Política Nacional de Educação e Direitos Humanos:

destacar o papel estratégico da educação em direitos humanos para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito;

ênfatisar o papel dos direitos humanos na construção de uma sociedade justa, equitativa e democrática;

encorajar o desenvolvimento de ações de educação em direitos humanos pelo poder público e a sociedade civil por meio de ações conjuntas;

construir para a efetivação dos compromissos internacionais e nacionais com a educação em direitos humanos;

estimular a cooperação nacional e internacional na implementação de ações de educação em direitos humanos;

propor a transversalidade de educação em direitos humanos nas políticas públicas, estimulando o desenvolvimento institucional e interinstitucional das ações previstas no PNEDH nos mais diversos setores (educação, saúde, comunicação, cultura, segurança e justiça, esporte e lazer, dentre outros);

avançar nas ações e propostas do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) no que se refere às questões da educação em direitos humanos;

orientar políticas educacionais direcionadas para a constituição de uma cultura de direitos humanos;

estabelecer objetivos, diretrizes e linhas de ações para a educação em direitos humanos;

estimular a reflexão, o estudo e a pesquisa voltados para a educação em direitos humanos;

incentivar a criação e o fortalecimento de instituições e organizações nacionais, estaduais e municipais na perspectiva da educação em direitos humanos;

balizar a elaboração, implementação, monitoramento, avaliação e atualização dos Planos de Educação em Direitos Humanos dos estados e municípios;

incentivar formas de acesso às ações de educação em direitos humanos a pessoas com deficiência.

Dessa forma, podemos enfatizar a importância do nosso estudo em relação à complementariedade, à transposição dos muros, à valorização do indivíduo em sua individualidade e na realidade em que vive.

Considerado como espaço de educação não formal, o que está além dos muros das escolas, onde, citado por Silva (2017), apontam pelo menos dois modos especiais para configurar a educação: o formal e o não formal. Concordando assim com base nos estudos citados acima, nosso manual sugere a aplicação das oficinas em espaços não escolares que agreguem a comunidade como um todo, fazendo assim parte da educação não formal.

Espaços esses que são capazes de unir classes, gerações e realidades diferentes em busca de um bem comum. Ao realizar as oficinas, em parceria com instituições diversas, utilizando espaços públicos de uso comum, possibilita-se a criação de uma nova intervenção social, complementando a educação formal.

Assim, a realização das atividades se torna um braço importante para a educação ambiental, fortalecendo e engrandecendo o processo educativo, possibilitando a dinamicidade das atividades e a criação de processo diversos, com a utilização de recursos variados e a participação de parceiros e voluntariados, como defendemos ao destacar nesse estudo a importância da parceria público-privada.

O espaço não formal é ainda uma forma, segundo Freire (1998, p.134) de provocar, tornando o cognoscente capaz de entender e comunicar o entendido. Assim, toda a intenção e objetivo do projeto se concretizam ao tornar o ator, “autor da própria história”.

### 3 METODOLOGIA

Esse estudo foi realizado no Instituto Dagaz, ONG fundada em 2008, que tem como objetivo levar cultura e esporte a áreas vulneráveis socialmente. A instituição escolheu o bairro Volta Grande III, parte do Grande Santo Agostinho, em Volta Redonda, para sede e realização das suas atividades regulares. Além disso, o Instituto realiza atividades pontuais nas cidades do Médio Paraíba Fluminense em parceria com as Secretarias de Educação de cada uma delas.

Através da simples observação local, a equipe do Instituto definiu como meta a criação de atividades que pudessem envolver não só as crianças e adolescentes assistidos pela ONG, como pais e familiares em geral que ficam à espera do término das atividades, com tempo ocioso.

Junto a isso, em 2015, sentiu-se a necessidade de ampliação da relação com a comunidade e de trabalhar conscientização ambiental, uma vez que essa atividade tem sido observada cada vez com maior importância. Porém, não é observada a prática dos indivíduos e de seus núcleos familiares. Assim, é notada a dificuldade de levar para o dia-a-dia a mudança de hábitos que a comunidade deveria começar a entender importante para um melhor relacionamento com o meio em que vivem.

Dessa forma, foi planejado e estruturado o projeto de realização de oficinas que pudessem envolver a comunidade e trazer impacto positivo no dia a dia da mesma. Com esse olhar a ideia principal era de que as oficinas pudessem promover tal discussão e a inserção de membros da comunidade.

O método de observação local e de pesquisa informal foi pensado por se tratar de uma comunidade, para que se mapeasse o desejo e a necessidade e traçada a estratégia, como mais adequado. Essa observação foi facilitada pela relação de 8 anos do Instituto com a comunidade.

Segundo ressalta Gil (2008), o método de observação social “pode ser considerado como o mais primitivo e, conseqüentemente, o mais impreciso. Mas, por um lado, pode ser tido como um dos mais modernos, visto ser o que mais possibilita o mais elevado grau de precisão nas ciências sociais.” (GIL, 2008, p.16).

Assim, com a participação ativa da comunidade em todo processo de criação das oficinas, escolha das temáticas e identificação das necessidades, podemos dizer que esse estudo teve início real em 2015.

Para se ter uma visão mais correta dessas tais necessidades e desejos, rodas de conversa informais foram realizadas na comunidade e com os familiares das crianças e adolescentes assistidos. Nesses momentos, foi-se observado que muita coisa positiva em relação a hábitos mais saudáveis já era realizada pela comunidade: compostagem caseira, reciclagem e reaproveitamento de materiais, hortas em casa, trocas solidárias de roupas e sapatos.

Porém, as atividades citadas acima, eram realizadas sem um objetivo e sem uma base teórica, não sendo mensurados os resultados das ações pontuais e nem mesmo o impacto que podiam causar na rotina individual e coletiva de quem realizava.

Assim, nesse processo de observação, um dos pontos que se tornou ponto forte na elaboração do planejamento e na definição dos temas, foi a questão econômica e os saberes populares da comunidade em questão.

A percepção de uma mudança de comportamento, de hábito foi um sentimento percebido em todo processo de reconhecimento da realidade do local onde o desejo de realização do trabalho teve início.

Esse impacto econômico familiar concorda com Schmidt (1995) quando ele destaca que as "vantagens econômicas são boas professoras de educação ambiental" e que, assim, esse se torna um fator determinante para geração de interesse e dedicação a uma real mudança de comportamento, de hábito, de forma de vida e de se enxergar como parte do ambiente.

Com o sucesso da realização das oficinas, a grande participação e engajamento da comunidade, foi pensado pelo Instituto ir além do território onde ele atua. Esse sucesso medido através do número de participantes que aderiram ao projeto e que participavam de todas as oficinas, mostrando assim o grande interesse gerado e a efetividade do projeto. Assim, transformar esse trabalho realizado em um manual que possa ser aplicado em outras comunidades e Instituições foi o passo seguinte para esse trabalho.

Dessa forma, escrever o manual através dos registros feitos nas oficinas realizadas, com as percepções, relatos e contribuições dos participantes, torna esse produto de fácil aplicação, fácil adaptação e atendendo a necessidades e desejos do mais diversos.

A metodologia, tanto de realização de oficinas, quanto de levar a ideia para outros setores sociais através do manual, dando à ação o caráter de continuidade educacional, se deu pela observação de que muita coisa deve ser feita através de ações efetivas e continuadas para atingir todos os meios sociais, com linguagem acessível e com a observação das características locais.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entendemos então que a observação da realidade social na comunidade a ser trabalhada tem grande importância. A forma de vida, as necessidades, a cultura e histórico cultural e os hábitos são elementos de grande importância para a construção de um trabalho que realmente tenha impacto e possa, através da reflexão, causar mudanças efetivas de hábitos.

O possível impacto econômico e a possível geração de renda são fatores determinantes para o engajamento e a dedicação das comunidades a serem trabalhadas e para o sucesso do projeto.

Isso justifica a realização da pesquisa, do conhecimento do território a ser trabalhado para então ocorrer a “personalização” do conteúdo a ser trabalhado nas oficinas e nas palestras. Porém, buscando a essência da proposta de se trabalhar com linguagem acessível, engajamento comunitário, meios de comunicação como as redes sociais e participação ativa dos indivíduos em todo o processo.

Podemos então considerar que o objetivo desse estudo baseado na prática é trabalhar o ato, a forma de consumir que pode ser considerado, além de suscitador de sentimentos de bem-estar, também como ocupador de vazio existencial e gerador de sensações emocionalmente compensadoras.

O produto oportuniza que as comunidades possam refletir sobre o seu comportamento individual e coletivo em relação ao consumo em excesso ou o materialismo exacerbado e os problemas gerados por esse comportamento. Além disso, propõe uma nova forma de comportamento, de hábitos saudáveis.

Neste sentido, o consumo consciente, que se relaciona com um modo de vida que valoriza a responsabilidade ambiental, os impactos que um produto e a forma de consumir podem exercer sobre o meio ambiente, mantém o foco em preservar e manter um meio social com maior qualidade de vida.

Esse trabalho, com foco em uma nova forma de consumir e novos hábitos, foi pensado através da observação sobre a dificuldade de se levar às classes menos abastecidas de informação, de conceitos de sustentabilidade, de uma nova forma de economia, de consumo consciente e de educação ambiental.

O projeto de realização das oficinas foi pensado pela necessidade de se estabelecer esse diálogo com crianças, adolescentes e familiares, trabalhando, através da educação, uma nova forma de ver o mundo e de cuidar dele.

A observação das necessidades locais de cada comunidade, de cada escola, de cada família, de cada indivíduo participante do processo, usa como base pedagógica a Pedagogia do Oprimido e, conseqüentemente, a Pedagogia da Esperança, de Paulo Freire, que nos levam ao contato direto com a comunidade e com os indivíduos, observando as reais necessidades dos mesmos.

Com isso, podemos dizer que ter Paulo Freire como referência teórica na proposição de um manual de realização de oficinas sócio educativas para classes menos abastecidas de informações sobre Educação Ambiental e Educação Ambiental Crítica, torna o resultado desse trabalho difícil, porém grandioso, de acordo com as contribuições que Freire dá em diferentes campos do conhecimento.

As oficinas e ciclos de palestras propostos pelo manual têm como diferencial a ação não pontual, através da manutenção proposta à comunidade, que será realizada pelos próprios indivíduos participantes, o que gera um maior engajamento nas ações, uma vez que ele, o indivíduo, se torna autor do processo. Essa manutenção propõe como base orientação da instituição e do projeto para que sejam gerados estímulos constantes e desafiadores.

Com esse pensamento, levamos em conta a situação econômica do local onde será desenvolvido e aplicado o projeto proposto no manual. O objetivo é trabalhar com crianças e adolescentes carentes: de educação, de informação e, também, de oportunidades. Assim, esbarramos nas carências materiais, emocionais e afetivas dos indivíduos e em realidades diferentes. É importante ter um olhar voltado para a economia e a geração de renda se faz necessária em um mundo capitalista.

E é aí que envolvemos nos temas das oficinas o que está sendo apresentado, como nova forma de economia, a economia colaborativa ou compartilhada, através de uma possível volta do “escambo”, com a troca de mercadorias e economia solidária que, hoje, pode ser entendida como a troca de bens e serviços. Dessa forma, é possível trabalhar um novo olhar em relação ao consumo e sua real necessidade.

Podemos entender que através da mudança de hábito proposta pelas oficinas inseridas no manual, é possível estimular a melhoria da economia doméstica, gerar renda e satisfazer as necessidades através da troca, do trabalho conjunto, do compartilhamento.

Uma proposta desenvolvida dentro das oficinas sugeridas pelo manual é trabalhar e estimular a realização de trocas (eu tenho o que você precisa e você tem o que eu preciso. Vamos trocar?), de ações comunitárias como plantio de verduras em hortas abertas à comunidade, grupo de reciclagem, realização de feiras e bazares, etc.

Considerando então a economia colaborativa ou a troca direta de mercadorias, como uma alternativa para satisfação das necessidades, sobretudo em tempos de consumismo desenfreado e da escassez dos recursos naturais de nosso planeta, o objetivo é poder levar às comunidades trabalhadas e às instituições além de uma proposta de geração de renda e economia, a preservação ambiental e a mudança de hábitos.

A proposta levada pela aplicação do manual foi embasada em uma reflexão gerada através dos encontros com as comunidades e do ciclo de palestras, para que a transformação dos hábitos seja efetiva em cada participante. E, o que é de fundamental importância, que seja entendida e internalizada a necessidade de se pensar em novas formas de consumir, de quais produtos existe a verdadeira necessidade de consumir, e de quando consumir, bem como nas formas de produção, a mão de obra utilizada para a produção, o de descarte e reaproveitamento de cada bem material que utilizamos em nosso dia a dia.

Com este trabalho de conscientização proposto no manual, a partir da família, das instituições atuantes e da comunidade, poderemos começar a difundir o que modernamente vem sendo chamado nos países desenvolvidos de “comércio justo”, que passou a ser um dos pilares da sustentabilidade ecológica e econômica, visando a sustentação e a recuperação do que resta do planeta.

Com o fortalecimento da parceria entre instituições e comunidade, podemos realmente transformar, praticar no dia a dia o que a informação nos traz. Levar à reflexão, propiciar tomadas de decisões que possam realmente influenciar na mudança de estilo de vida, com a busca de um bem-estar coletivo.



O despertar nos atores da comunidade a ser trabalhada, o que Freire (2000) descreve como “assumir a posição de sujeito histórico, da qual deriva o ato libertador, é um lançar-se para o futuro, e para utopia daqueles que não têm lugar no sistema. É, ao mesmo tempo, ultrapassagem do mundo e da transcendência pessoal”, conscientiza e dá aos participantes o poder da criticidade e capacidade de fazer escolhas melhores para a própria vida e para o coletivo.

Assim, o manual de oficinas torna-se então, um convite a entender a importância da água que bebemos e da que desperdiçamos; a poluir menos utilizando transporte coletivo ou pedalando; a ir muito além de separar o lixo doméstico e entender que a reciclagem só funciona quando trabalhada como um círculo com todas as etapas cumpridas; estimular a ter sua horta em casa e melhorar a alimentação; a escolher a procedência dos produtos que usa e consome e saber a forma de descarte antes de consumi-lo; a fazer disso uma forma de vida e estimular o máximo de pessoas possíveis a mudar de hábitos e atitudes.

É um convite a entender que o estilo de vida que levamos e o consumo excessivo são considerados como fatores de insustentabilidade e que uma nova postura adotada no nosso dia a dia começa a exigir das empresas que produzem o que consumimos, uma nova postura também. Somos nós, individualmente e coletivamente que temos o poder de realizar mudanças, tanto boas quanto ruins.

Por fim, a escolha de se trabalhar com comunidades, através de ONGs e instituições diversas atuantes na mesma, tem seu alicerce na importância de se expandir a educação ambiental para fora da escola. Atuando em frentes que agregam valor, contribuem e reforçam o que a educação formal, colocamos esse público com foco em uma possível mudança de hábito de consumo e comportamento em relação ao ambiente.

#### **4.1 Análise de Resultados das Oficinas**

O Manual de Oficinas Conscientes, produzido através de estudo e do trabalho realizado no Instituto, traz de forma prática e simples, a proposta de oficinas a serem realizadas em instituições diversas.

Através de seus capítulos, direcionados para cada oficina a ser realizada, as instituições poderão facilmente aplicar as ações nas comunidades onde atuam. O

Manual é dividido em 7 temas, e uma palestra de abertura onde é levada para a comunidade a proposta de realização das oficinas.

As oficinas realizadas durante o período de um ano, demonstraram grande aceitação e geraram movimentos comunitários, estimulando atividades diversas e formação de grupos de moradores locais que começaram a discutir soluções para problemas comuns como o lixo e sua coleta no bairro, criação de feiras de trocas, bazares e vendas de artesanatos, grupos para realização de atividades que levem a uma vida mais saudável.

Inicialmente, foi discutida internamente a necessidade da elaboração de um projeto na área de sustentabilidade e que envolvesse a comunidade e seu entorno. Após essa primeira discussão, foi realizada uma pesquisa para saber o que tem sido realizado nesse sentido e quais os resultados. Com isso, foram criadas sete oficinas e a abertura do projeto, onde se recebe da comunidade as demandas características da mesma.

Com a percepção de uma possível ampliação da aplicação das oficinas, atendendo a mais comunidades e instituições, foi pensado o produto final, o Manual de Oficinas Conscientes. Esse pensamento acompanha as propostas feitas na Agenda 2030, que, segundo a Organização das Nações Unidas, define como um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade, reconhecendo a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema. Este é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. (ONU, 2015).

Dessa forma, nosso produto estimula e propõe uma mudança de paradigmas que envolve pessoas, planeta, o progresso econômico sustentável, a paz e as parcerias.

Segundo Gasman (2015), representante do escritório da ONU Mulheres no Brasil, a proposta de igualdade social, dando a todos as mesmas oportunidades e opções, é a base de um modo de vida sustentável. (ONU, 2015).

Com a Oficina de Aproveitamento Integral de Alimentos, foi demonstrado o impacto na saúde nutricional e na economia doméstica, além de novas ideias e

possibilidades, baseadas na parte prática da oficina, com chefe de cozinha e na teórica, com a parte técnica de um nutricionista.

Na Oficina de Revitalização de Espaço Comum, foi mobilizada a comunidade e o setor privado, com a doação de materiais, e poder público, com o empréstimo de ferramentas para reforma da praça que fica em frente à sede do Instituto. Crianças, adolescentes e famílias participaram da atividade, que contou com a apresentação de grupos musicais, capoeira e espaço de leitura, confirmando a força das parcerias e envolvimento comunitário.

Já na Oficina Passeio Ciclístico, abordamos a prática de esporte ao ar livre, transporte sustentável, agregando valor com a arrecadação de agasalhos para doação, contando com a participação de grupos engajados com a mobilidade urbana e com a participação ativa da comunidade.

Assim, foi criada a Oficina de Esporte ao Ar Livre, onde diversas modalidades foram oferecidas em forma de circuito para toda a comunidade, dando a oportunidade de experimentação e estimulando uma vida mais saudável.

A Oficina de Criação de Horta Comunitária foi também realizada com grande êxito e participação comunitária, quando foram descobertas diversas iniciativas individuais e estimulada as iniciativas coletivas para que se trabalhe a troca, a economia familiar, a alimentação saudável e a possível geração de renda.

Na Feira de Trocas, foi estimulado o desapego, a troca através de economia solidária e o Consumo Consciente, uma vez que é percebido que temos mais bens materiais do que necessitamos e podemos fazer melhores escolhas na hora da compra. A oficina teve grande sucesso por estimular também o comércio sem dinheiro, sem valor monetário, apenas de acordo com as necessidades de cada um.

A última oficina teve como centro a solidariedade através de doações e desapego, estimulando um olhar para o que não nos é mais útil e que pode ser útil ao nosso próximo. Aqui também foi estimulado e reforçado o poder da economia colaborativa, solidária.

Assim, segundo Jacobi:

A medida que se observa cada vez mais dificuldade de manter-se a qualidade de vida nas cidades e regiões, é preciso fortalecer a importância de garantir padrões ambientais adequados e estimular uma crescente consciência ambiental, centrada no exercício da cidadania e na formulação

de valores éticos e morais, individuais e coletivos, numa perspectiva orientada para o desenvolvimento sustentável. (JACOBI, 2003, p. 200).

Esse pensamento respalda o que o ciclo de oficinas contido no manual reforça nas comunidades onde for aplicado. Assim, estimula-se as descobertas de atitudes isoladas e pontuais, realizadas de forma instintiva que podem tornar-se ferramentas transformadoras e fomentadoras de desenvolvimento sustentável e igualitário.

#### 4.1.1 Produto: Manual de Oficina Consciente

A criação do manual foi pensada de forma que o produto final fosse fácil e tivesse atrativo visual que despertasse o interesse de seu público alvo. Dessa forma, as oficinas puderam mostrar a importância dessas atividades e a necessidade de torná-las um hábito, além de disseminar a ideia, mostrando ainda as possibilidades e oportunidades que podem surgir com as mesmas em relação a economia familiar, melhora do relacionamento com ambiente e perspectivas futuras.

A participação da comunidade e a formação e fortalecimento das parcerias com setores públicos mostraram caminhos alternativos para soluções e diminuição de problemas sociais.

Assim, o manual propõe que seja realizada uma atividade por mês, cumprindo assim o período de um ano, descontando os recessos de julho, dezembro, janeiro e fevereiro, comumente realizados. O manual observa uma constante em atividades no mesmo segmento, cumprindo a proposta de mudanças efetivas de hábitos e conscientização.

Essa ampliação acompanha as propostas feitas na Agenda 2030, que, segundo a ONU, busca fortalecer a paz universal com mais liberdade, reconhecendo a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema. Este é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. (ONU, 2015).

O empenho e importância em manter e melhorar a qualidade de vida se proposto nas oficinas contidas no manual fortalece os trabalhos sociais nas comunidades onde for aplicado. Estimula-se também as descobertas de atitudes

isoladas e pontuais, realizadas de forma instintiva que podem tornar-se ferramentas transformadoras e fomentadoras de desenvolvimento sustentável e igualitário.

Assim, o Manual de Oficinas Conscientes, produto desenvolvido a partir das oficinas realizadas no Instituto Dagaz, em Volta Redonda, foi pensado de forma alinhada com o estudo realizado. Produzido em papel reciclado, na medida 21cm x 20cm, pensado para fácil manuseio, tem ainda um visual atrativo, o que desperta o interesse do público alvo. Além disso, figuras e fotos dão cor e vida ao manual, tornando-o um material de agradável leitura, fácil aplicabilidade e que possui, de forma simples, porém com conteúdo, formas de melhoria da convivência com ambiente em que vivemos.

As figuras de 03 a 30, a seguir, representam o Manual de Oficinas Conscientes, onde todo o conteúdo foi pensado de forma acessível a quaisquer instituições e comunidades onde venha a ser aplicado, com diagramação e layout atrativo, que tenham como objetivo o despertar de interesses pelo conteúdo ali existente.

Figura 3 - Capa e apresentação do Manual de Oficina Consciente



Fonte: Clarisse Netto de Rezende, 2018.

Figura 4 - Introdução

## Bem Vindos



**P**romover atividades ligadas à defesa do meio ambiente e a uma forma de vida mais sustentável são os principais objetivos deste manual.

Acreditamos que a educação ambiental e a mudança de hábitos, além de um pensamento coletivo, sejam os melhores caminhos para transformar e melhorar o mundo em que vivemos.

Esse manual tem ainda o sonho de orientar, dar dicas, informar e estimular a proteção do nosso ambiente, o estímulo ao consumo consciente e a hábitos de vida direcionados em relação ao todo.

*Clarisse Netto*

Fonte: Clarisse Netto de Rezende, 2018.

Figura 5 - Sumário Manual de Oficina Consciente

## Sumário

2	BOAS VINDAS
3	SUMÁRIO
4	INTRODUÇÃO
6	ABERTURA
8	OFICINA 1 - <b>APROVEITAMENTO INTEGRAL DOS ALIMENTOS</b>
11	OFICINA 2 - <b>REVITALIZAÇÃO DE ESPAÇO COMUM</b>
13	OFICINA 3 - <b>PASSEIO CICLÍSTICO</b>
15	OFICINA 4 - <b>CRIAÇÃO DE HORTA</b>
19	OFICINA 5 - <b>ESPORTE AO AR LIVRE</b>
21	OFICINA 6 - <b>FEIRA DE TROCAS</b>
23	OFICINA 7 - <b>AJUDANDO AO PRÓXIMO</b>
25	DICAS - <b>O MANUAL NA PRÁTICA</b>

Fonte: Clarisse Netto de Rezende, 2018.



Figura 6 - Abertura



Fonte: Clarisse Netto de Rezende, 2018.

Figura 7 - Abertura

06

ABERTURA

## Abertura

Nesse primeiro momento o Instituto Dagaz, após marcar a data do evento, convidou membros da comunidade e usuários das atividades oferecidas pela instituição.

A abertura contou com a palestra de um especialista em meio ambiente que falou sobre o ciclo de produção dos que consumimos no nosso dia a dia e sobre as pequenas mudanças que podemos realizar nas nossas vidas, na nossas famílias e que possam impactar de forma positiva o ambiente em que vivemos.

**Conteúdo:**  
Exibição do filme "História das Coisas" disponível em:  
<https://youtu.be/7qFiGMSnNjw>

**Discussão:**  
Consumo Consciente

**O que é o consumo consciente?**

Consumo consciente é "transformar o ato de consumo em uma prática permanente de cidadania".

Não atender somente às vontades individuais  
Tem que levar em conta os reflexos:

- na sociedade
- na economia
- no meio ambiente

Se mudarmos nosso modelo de consumo podemos encontrar o caminho da:

**Sustentabilidade!**

Mas o que é isso?  
Nesse item trabalhamos os hábitos de cada um no dia-a-dia e o que pode ser mudado, gerando reflexão.

Em seguida é trabalhado o viver em comunidade, através do Princípio de Coexistência

Fonte: Clarisse Netto de Rezende, 2018.

Figura 8 - Abertura

07

ABERTURA

- Característica, propriedade ou condição de coexistente, que existe de maneira simultânea. Que convive **harmoniosamente** ou de maneira pacífica.

São também discutidos, em grupos, os hábitos diários de cada um que impactam negativamente no ambiente, e também o que cada um se propõe, dentro do possível, a mudar nesses hábitos. Exemplo: Posso ir a pé ou de transporte coletivo para o trabalho? Ou dividir carona? Ou usar a bicicleta? Caso não seja possível, pela distância e caminho a ser percorrido, por exemplo, o que posso fazer de diferente no meu dia?

Refletir sobre o impacto do próprio consumo diário, e quando se fala em consumo, não se trata de compra de bens apenas, a comida, o tempo....

Realizar breve avaliação do consumo diário:

A população brasileira produz cerca de **64** toneladas de lixo **1.223 Kg** por dia / por pessoa

Dados da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública

Em 2012, **24 toneladas** de lixo foram descartadas inadequadamente

E aí, o que pode ser feito?

**Necessidades:**

- Microfone
- Tela
- Projeter
- Caixa de Som
- Computador
- Cadeiras

Fonte: Clarisse Netto de Rezende, 2018.

Figura 9 - Oficina 1 – Manual Oficina Consciente



Fonte: Clarisse Netto de Rezende, 2018.

Figura 10 - Oficina 1 – Manual Oficina Consciente

09

OFICINA 1 - APROVEITAMENTO INTEGRAL DOS ALIMENTOS

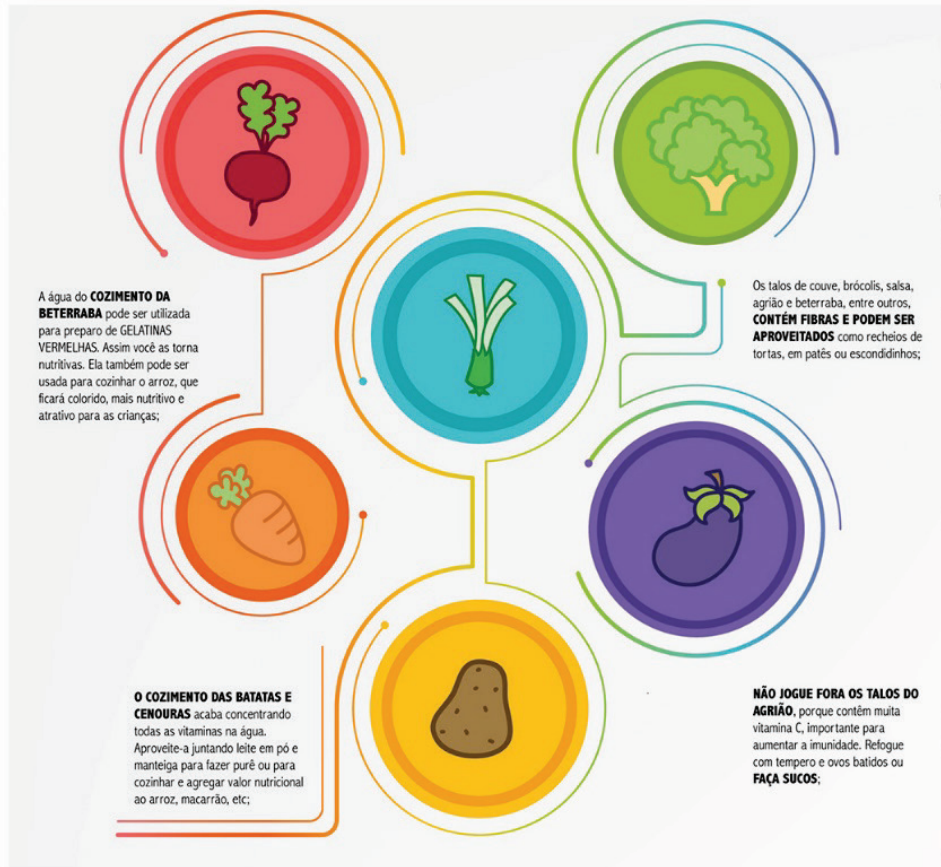
<p><b>Passo a passo:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Convidar chefe de cozinha ou alguém especializado em culinária, de preferência da própria comunidade, valorizando o próximo.</li><li>- Convidar nutricionista</li><li>- Criar entre os dois profissionais um diálogo que reúna prática e teoria, que fale sobre alimentação saudável e o não desperdício através do Aproveitamento Integral de Alimentos.</li><li>- Demonstrar o quanto se desperdiça e o quanto se produz de lixo com o desperdício e o impacto no ambiente.</li><li>- Produzir receitas, na prática, que demonstrem como os alimentos podem ser aproveitados em sua integralidade, gerando economia familiar, melhora da alimentação e diminuindo a produção de resíduos.</li><li>- O encerramento da atividade acontece com a degustação dos pratos produzidos.</li></ul>	<p><b>Necessidades:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Cozinha e utensílios</li><li>- Alimentos de acordo com a receita a ser produzida</li><li>- Cadeiras</li><li>- Caixa de som, microfone (caso seja solicitado)</li></ul>
---	--

Fonte: Clarisse Netto de Rezende, 2018.

Figura 11 - Lista de Alimentos da Oficina 1 do Manual Oficina Consciente

10

OFICINA 1 - APROVEITAMENTO INTEGRAL DOS ALIMENTOS



Fonte: Clarisse Netto de Rezende, 2018.

Figura 12 - Oficina 2 – Manual Oficina Consciente



Fonte: Clarisse Netto de Rezende, 2018.

Figura 13 - Oficina 2 – Manual Oficina Consciente

12

## OFICINA 2 - REVITALIZAÇÃO DE ESPAÇO COMUM

Essa oficina deverá ser realizada em espaço ao ar livre ou espaço comum da própria instituição. A equipe responsável deverá escolher o espaço e criar junto com os participantes ou comunidade o que pode ser melhorado, reformado para transformar esse espaço de uso comum em espaço agradável para convívio social e cultural:

**Sugestões:**

- Pinturas de bancos
- Painel de grafite ou arte em geral (usar parede ou muro)
- Criação de espaço de leitura e atividades como pintura, desenho, música...
- Criação de biblioteca comunitária, onde poderá haver troca de livros que serão obtidos através de doações.
- Criação de espaço para venda de produtos artesanais produzidos pela comunidade, estimulando a economia local.

Sugerimos então, a criação de calendário de atividades de acordo com os horários da instituição. Deverá ser convocado mutirão com membros da própria comunidade para a realização e construção

do espaço.

**Necessidades:**

De acordo com espaço a ser transformado.  
Sugerimos: tintas, pinceis, rolos...

Fonte: Clarisse Netto de Rezende, 2018.



Figura 14 - Oficina 3 – Manual Oficina Consciente



Fonte: Clarisse Netto de Rezende, 2018.

Figura 15 - Oficina 3 – Manual Oficina Consciente

14

## OFICINA 3 - PASSEIO CICLÍSTICO

Essa oficina deverá ser realizada ao ar livre. A comunidade deverá ser convidada através de informativos e divulgação por meio de cartazes para um passeio ciclístico coordenado.

Durante o passeio, os participantes passarão de casa em casa na comunidade recolhendo doações de alimentos e roupas para serem doados a instituições necessitadas da região onde estão inseridos.

O passeio pode ser acompanhado por caminhada por aqueles que não possuem bicicleta.

A busca de um parceiro, professor de educação física ou do famoso projeto Bike Anjo deverá ser realizada para, em paralelo ao passeio, ter uma oficina para que quem não sabe andar de bicicleta possa aprender.

O objetivo é o estímulo ao esporte ao ar livre e ao transporte sustentável.

Após a realização das atividades, oferecer mesa de frutas e sucos, estimulando ainda a alimentação saudável.

**Necessidades:**

- Profissionais para orientação (pode ser feita parceria com a Secretaria de Esportes do Município)
- Divulgação
- Som para ambientação
- Mesas para frutas e sucos

Fonte: Clarisse Netto de Rezende, 2018.

Figura 16 - Oficina 4 – Manual Oficina Consciente



Fonte: Clarisse Netto de Rezende, 2018.

Figura 17 - Continuação Oficina 4 e Tabela de Plantio

16

## OFICINA 4 - CRIAÇÃO DE HORTA COMUNITÁRIA

Caso seja possível, o preparo da horta deve ser feito, sob orientação de um agrônomo ou técnico agrícola. Porém, se a instituição ou comunidade já tiver pai, professor ou funcionário com conhecimento prático sobre cultivo de hortaliças, essa pessoa poderá ajudar. A escolha das hortaliças deve ser de forma diversificada, garantindo uma grande variedade de cores, formas e, assim, diferentes nutrientes.

Lembrem-se que a escolha das hortaliças e todo o processo de planejamento e execução da horta deve ser feita com a participação direta das crianças e comunidade. Isso garante que elas se envolvam nos trabalhos e estimula hábitos alimentares mais saudáveis.

**Passo 1** - A escolha do local deve apresentar:

- Terreno plano;
- Terra revolvida ("fofa")
- Boa luminosidade e voltada para o nascente;
- Disponibilidade de água para irrigação e sistema de drenagem, por exemplo, canaletas;
- Longe de sanitários e esgotos;

**Passo 2** - Ferramentas:

- Enxada: é utilizada para capinar, abrir sulcos e misturar adubos e corretivos como serragem à terra.
- Enxada: é utilizado para cavar e revolver a terra.
- Regador: serve para irrigar a horta.
- Ancinho: é utilizado para remover torrões, pedaços de pedra e outros objetos, além de nivelar o terreno.
- Sacho: é uma enxada menor que serve para abrir pequenas covas, capinar e afogar a terra.
- Carrinho-de-mão: é utilizado para transportar terra, adubos e ferramentas.

**Passo 3** - Preparo:

- Antes de iniciar a preparação dos canteiros, deve-se limpar o terreno com auxílio de algumas ferramentas como enxada, ancinho e carrinho-de-mão.
- Com a enxada, revira-se a terra a uns 15cm de profundidade.
  - Com o ancinho, desmancham-se os torrões, retirando pedras e outros objetos,

Fonte: Clarisse Netto de Rezende, 2018.

Figura 18 - Continuação Oficina 4 e Tabela de Plantio

OFICINA 4 - CRIAÇÃO DE HORTA COMUNITÁRIA	
<p>nivelando o terreno.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Iniciar a demarcação dos canteiros com auxílio de estacas e cordas com a seguinte dimensão; 1,20m x 2 a 5m e espaçamento de um canteiro a outro de 50cm.</li> <li>- Caso o solo necessite de correção, podem ser utilizadas cal hidratada ou serragem.</li> </ul> <p><b>Passo 4 - Adubação:</b></p> <p>Resíduos vegetais e animais, tais como palhas, galhos, restos de cultura, cascas e polpas de frutas, pó de café, folhas, esterco e outros, quando acumulados apodrecem e, com o tempo, transformam-se em adubo orgânico ou húmus, também conhecido por composto ou natural. Essa transformação é provocada por microrganismos aeróbicos (bactérias que necessitam de oxigênio para viver). Eles decompõem a celulose das plantas e quanto mais nitrogênio tiverem à sua disposição, mais rápido atuarão, através do calor que se produzirá no material depositado. Por isso, deve ser fornecido aos microrganismos aquilo de que mais necessitam: ar, umidade e nitrogênio.</p>	<p><b>Passo 5 - Preparo das Covas:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- As covas devem ser feitas com antecedência, no mínimo, 18 dias antes do plantio ou transplantio.</li> <li>- O espaçamento entre as covas varia de acordo com a hortaliça a ser plantada.</li> <li>- As covas deverão ter a seguinte dimensão: 20x20cm ou 30x30cm de largura e 20 a 30cm de profundidade.</li> </ul> <p>Algumas informações importantes:</p> <p><b>Culturas de transplante</b></p> <p><b>Alface:</b> Todo o ano 60 a 80 dias 30 x 30  <b>Beringela:</b> Setembro a dezembro 120 a 130 dias 50 x 60  <b>Cebola:</b> Março a junho 170 a 180 dias 15 x 20  <b>Chicória:</b> Abril a setembro 3 meses 30 x 30  <b>Couve:</b> comum Março a julho 3 meses 50 x 50  <b>Couve-flor:</b> Fevereiro a março 4 a 5 meses 60 x 60  <b>Pimentão:</b> Agosto a outubro 130 a 150 dias 60 x 60  <b>Repolho:</b> Março a julho 4 meses 60 x 60</p>

Fonte: Clarisse Netto de Rezende, 2018.

Figura 19 - Continuação Oficina 4 e Tabela de Plantio

18

OFICINA 4 - CRIAÇÃO DE HORTA COMUNITÁRIA



**Tomate:** Agosto a dezembro 4 meses 80 x 50

**Passo 6 – Cuidando da Horta:**

A horta deve ser regada duas vezes ao dia, mas lembre-se que isso varia de região para região, pela diferença de clima entre elas. O solo não pode ficar encharcado para evitar o aparecimento de fungos. A horta tem que ser mantida limpa, as ervas daninhas e outras sujeiras devem ser retiradas diariamente com a mão.

A cada colheita, deve ser feita a reposição do adubo para garantir a qualidade da terra e das hortaliças.

Fonte: Clarisse Netto de Rezende, 2018.

Figura 20 - Oficina 5 – Manual Oficina Consciente



Fonte: Clarisse Netto de Rezende, 2018.

Figura 21 - Oficina 5 – Manual Oficina Consciente

20

## OFICINA 5 - ESPORTE AO AR LIVRE

Essa oficina é a que mais necessita de parceria. Para a realização da mesma, sugere-se a utilização de espaço público próximo à instituição: praça, parque, quadra...

Nela, é necessário e importante a parceria entre a instituição, prefeitura (liberação do espaço), secretaria de esporte e lazer da cidade para ajuda com profissionais e atividades diversas, academia privada, instituições parceiras para realização de atividades, caracterizando a força da parceria entre público, privado e terceiro setor.

Essa oficina movimenta a comunidade, transforma o espaço escolhido em espaço de lazer, estimula a interação e integração, vida saudável e prática de esporte e atividades diversas ao ar livre.

**Necessidades:**

- Ambientação sonora
- Espaço grande
- Autorização da prefeitura e órgãos relacionados para utilização do espaço

**Sugestões:**

- Aulão de ginástica
- Aulão de dança
- Vôlei
- Futebol
- Futsal
- Slackline
- Aulão de Funcional
- Oficina de skate
- Peteca
- Apresentação musical da comunidade para encerramento

Fonte: Clarisse Netto de Rezende, 2018.



Figura 22 - Oficina 6 – Manual Oficina Consciente



Fonte: Clarisse Netto de Rezende, 2018.

Figura 23 - Oficina 6 – Manual Oficina Consciente

22

## OFICINA 6 - FEIRA DE TROCAS

A feira de trocas é um momento muito importante para a comunidade. É aqui que podemos ter a real reflexão de como temos bens materiais dispensáveis e de como consumimos desenfreadamente.

A comunidade e os participantes das atividades da instituição são convidados para uma feira onde cada um leva o que tem em casa e não usa, que não tem utilidade e troca por pertences que outros participantes levam também sem utilidade.

Esse se torna um dia alegre, onde as trocas são realizadas não pelo valor econômico dado ao bem material e sim por sua utilidade e não utilidade no dia a dia.

Pode ser promovido um lanche coletivo ou piquenique para tornar o momento ainda mais agradável.

**Necessidade:**

- Divulgação
- Ambientação com mesas que se tornam stands de trocas
- Sonorização ambiente

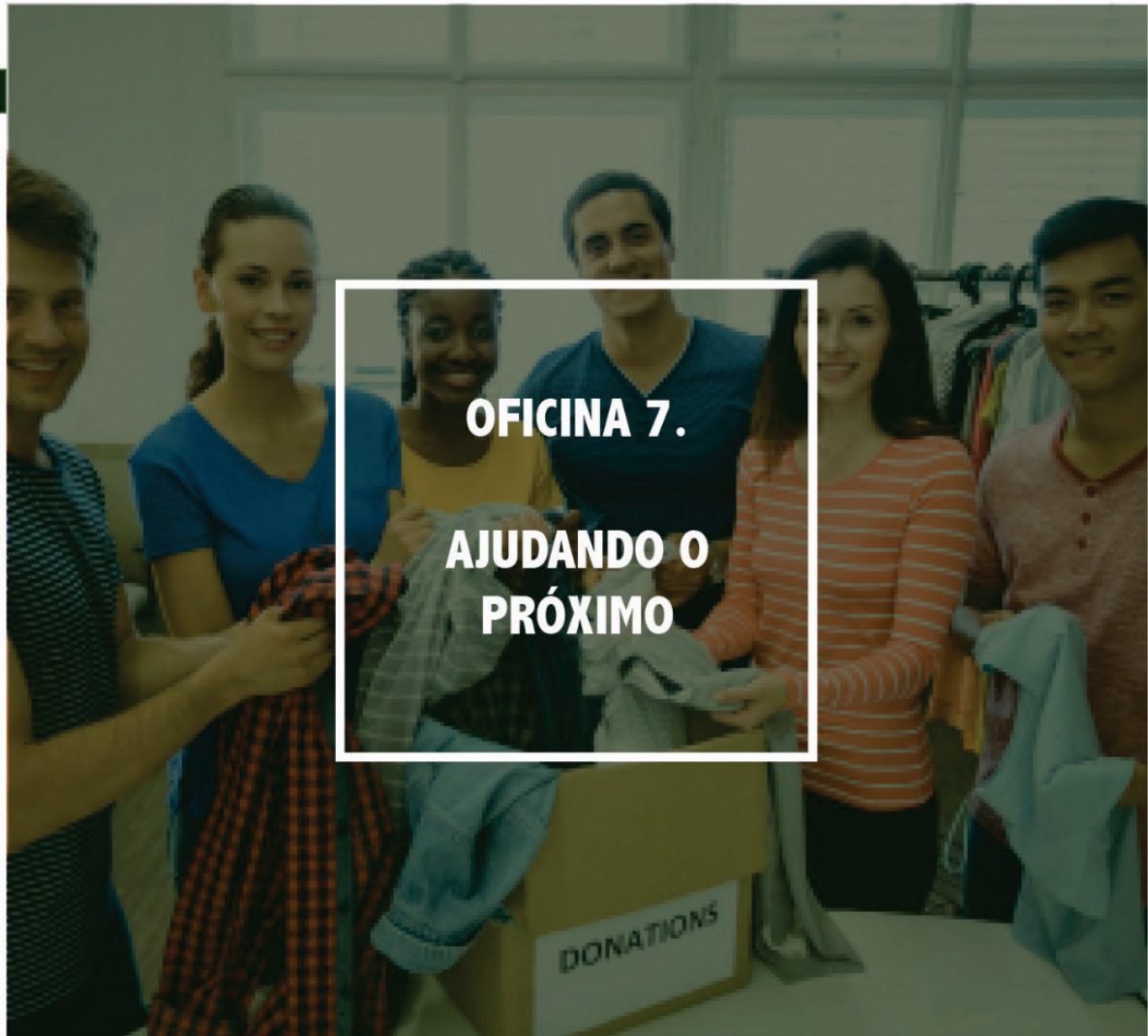
- Espaço físico amplo.

**Sugestão:**

- Apresentações de grupos musicais e culturais da comunidade divulgando o trabalho
- Espaço infantil para leitura pintura e desenho

Fonte: Clarisse Netto de Rezende, 2018.

Figura 24 - Oficina 7 – Manual Oficina Consciente



Fonte: Clarisse Netto de Rezende, 2018.

Figura 25 - Oficina 7 – Manual Oficina Consciente

24

## OFICINA 7 - AJUDANDO O PRÓXIMO

Essa oficina sai do âmbito da instituição. Junto com a comunidade local é escolhida uma instituição que trabalhe com idosos ou crianças (abrigo) e programado um dia festivo.

Nessa oficina sugerimos a programação de um dia festivo e a busca com o comércio local para parceria na doação de materiais necessários. O dia programado deve ser de acordo com o calendário da instituição escolhida.

O maior objetivo do evento é a reflexão sobre doação, caridade, necessidade e estímulo ao exercício da gratidão pelo que se possui e despertar do sentimento de amor ao próximo. Quando forças são unidas se consegue realizar muito além do que só o que estamos acostumados.

**Necessidade:**

- Parcerias com a comunidade
- Voluntários
- Lanche
- Cuidados as pessoas que serão atendidas (pode se levar corte de cabelo, manicure, kits de higiene pessoal)

**Sugestões:**

- Apresentações musicais
- Apresentações culturais
- Clube da leitura

] Fonte: Clarisse Netto de Rezende, 2018.

Figura 26 - Dicas – O Manual na Prática



Fonte: Clarisse Netto de Rezende, 2018.

Figura 27 - Dicas – O Manual na Prática

26

DICAS - O MANUAL NA PRÁTICA



- Verifique sempre se existem vazamentos em sua casa
- Retire os restos de comida (lixo orgânico) antes de lavar a louça e feche sempre a torneira enquanto ensaboa
- Feche sempre a torneira enquanto escova os dentes ou faz a barba
- Diminua o tempo no banho e feche a torneira enquanto se ensaboa
- Acumule bastante roupa antes de usar a máquina de lavar
- Aproveite a água da máquina para lavar o quintal, por exemplo
- Use regador para molhar as plantas
- Varra a calçada com a vassoura e não com a força

da água da mangueira ( a famosa vassoura hidráulica)

-Use baldes para lavar o carro

-Recolha água de chuva em baldes. Ela poderá ser usada para lavar o carro por exemplo

-Use produtos biodegradáveis para não poluir os rios




Fonte: Clarisse Netto de Rezende, 2018.

Figura 28 - Dicas – O Manual na Prática

27

DICAS - O MANUAL NA PRÁTICA



- Produza menos lixo mudando os hábitos de consumo
- Reutilize ao máximo os produtos, dando novos usos antes de descartá-los no lixo
- Reduza o consumo de produtos que tenham muita embalagem e prefira as recicláveis e os refis
- Separe o seu lixo. Isso facilita a vida dos catadores e cooperativas de catadores de lixo
- Consuma produtos fabricados com materiais resistentes e mais duráveis, diminuindo o número de descartes
- Procure sempre conservar, consertar e reformar suas coisas antes de substituí-las
- Diminua ao máximo o número de descartáveis como copos e talheres de plástico
- Reúna e faça uma seleção de roupas, calçados e

- objetos que já não tenham mais utilidade e faça doações
- Use sempre os dois lados do papel e faça rascunhos com as sobras
- Evite o uso de sacolas plásticas em lojas, supermercados, farmácias e comércio em geral
- Nunca jogue lixo nas ruas
- Só imprima o que for realmente necessário. você economiza papel, tinta e energia
- Opte pelo papel reciclado
- Use pilhas recarregáveis
- Use o lixo orgânico como adubo de plantas

Fonte: Clarisse Netto de Rezende, 2018.

Figura 29 - Dicas – O Manual na Prática

28

## DICAS - O MANUAL NA PRÁTICA



- Apague sempre a luz quando não estiver no ambiente
- Evite acender a luz durante o dia. Utilize ao máximo a iluminação natural
- Desligue os eletroeletrônicos quando não estiver usando e lembre-se de tirá-los da tomada
- Se possível, use ventilador no lugar do ar condicionado
- Não deixe a porta da geladeira aberta por muito tempo. Pense antes e retire ou guarde tudo de uma vez, evitando abrir e fechar
- Use lâmpadas econômicas como as fluorescentes e as de led
- Regule a temperatura da geladeira de acordo com a estação do ano
- Use o chuveiro elétrico na posição verão quando

estiver quente

- Procure não usar secadora de roupas. Deixe-as secar naturalmente
- Acumule as roupas para passar e tente passar tudo de uma vez
- Ao usar ar condicionado em casa ou no carro, deixe sempre portas e janelas fechadas.
- Compre produtos produzidos próximo da sua casa, evitando assim o consumo de combustível para transporte
- Compre eletrodomésticos com o selo de qualidade em consumo




Fonte: Clarisse Netto de Rezende, 2018.



Figura 30 - Dicas – O Manual na Prática


29

DICAS - O MANUAL NA PRÁTICA



**Diversos**

- Não jogue óleo de cozinha no ralo. Separe-o em embalagens como garrafas PETs e entregue para empresas e cooperativas especializadas e coletar óleo usado
- Evite o uso de isopor em embalagens e de forma geral. Em sua produção são usados muitos produtos químicos e ele não tem possibilidade de reciclagem
- Use menos o carro. Faça uma caminhada ou vá de bicicleta. Além de se exercitar, você não polui e economiza
- Use o transporte coletivo. Peça e dê carona  
Não queime o lixo, em hipótese nenhuma  
Se ficar parado no trânsito por mais de 2 minutos, desligue o carro
- Use mídias regraváveis para salvar seus arquivos, evitando o descarte de CDs e DVDs



- Não compre roupas e objetos feitos com partes e penas de animais
- Não compre roupas e objetos de couro e nem feitos com marfim, casco de tartaruga ou corais
- Não compre animais silvestres
- Não compre móveis de madeira extraída de forma ilegal
- Não compre xaxim, a extração é ilegal
- Consuma palmito originário de palmitero sustentável: extraídos de palmeira real, pupunha e açai (observa na embalagem a origem)

**-PLANTE ÁRVORES**

Fonte: Clarisse Netto de Rezende, 2018.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desse projeto, que teve início com a ideia de inserir a comunidade nas atividades do Instituto Dagaz, se tornou um sonho. O sonho de levar a mais e mais pessoas um novo olhar para o mundo em que vivem.

Esse trabalho possibilitou um maior contato com a comunidade onde a ONG está inserida, podendo assim observar melhor as necessidades e anseios dos moradores e como os hábitos diários podem impactar de forma positiva e negativa nossa realidade. Uma visão defendida por Freire com “garra” e por tantos outros autores que nos entendem e enxergam como produto do meio em que vivemos.

Tivemos a possibilidade de sentir, com esse produto, que podemos ser modificado e modificar diversas relações, das coletivas e individuais – nossa relação com nós mesmos.

Toda a vivência experimentada no processo de realização das oficinas, do estudo e da criação do manual nos dá a esperança de que esse trabalho possa ser aplicado e uma vida prática mais consciente e saudável pode estar ao alcance de todos.

Da melhoria das relações familiares e comunitárias à melhoria da economia familiar através de opções mais inteligentes, da participação comunitária em uma ONG tão presente e ativa à proximidade dos familiares e participantes das atividades da ONG. Todas essas melhorias foram observadas no processo de construção e realização das oficinas que tiveram como resultado um respeito e cuidado maior pelo espaço que vivemos. Além, claro, das atividades constantes propiciarem uma ocupação mais saudável dos espaços públicos existentes em uma comunidade em constante risco social.

Esperamos que esse manual possa surtir tais efeitos e dezenas e centenas de outras comunidades, escolas, instituições e espaços diversos.

## REFERÊNCIAS

ABONG. Associações em Defesa do Direitos e Bens Comuns. Disponível em: <[www.abong.org.br](http://www.abong.org.br)>. Acessado em: 25 jun. 2017.

ABONG. **Relatório da OIT “Lucros e Pobreza: Aspectos Econômicos do Trabalho Forçado”**, 2014. Disponível em: <<http://www.abong.org.br>>. Acessado em: 25 jun. 2017.

ALBUQUERQUE, Antônio Carlos Carneiro de. **Terceiro Setor, História e Gestão das Organizações**. São Paulo: Sumus Editorial, 2006. 152p.

ALMEIDA, Josimar de Paes. **Biodiesel o “Óleo Filosofal”**: desafios para a educação ambiental no caldeirão do “desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010. 31p.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento (in)sustentável?** Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. SciELO Books. 2010.

ASSMANN, Hugo. **Reencantar a Educação**: rumo à sociedade aprendente. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

BRASIL. **Lei 12.305**, 2010. PNRS. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/politica-de-residuos-solidos>>. Acessado em: 11 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei 13.019**, 2017. MROSC. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm)>. Acessado em: 10 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.019**. MROSC, 2014. Disponível em: <[http://portal.convenios.gov.br/MROSC/Publicacoes\\_SG\\_PR/LIVRETO\\_MROSC\\_WEB.pdf](http://portal.convenios.gov.br/MROSC/Publicacoes_SG_PR/LIVRETO_MROSC_WEB.pdf)>. Acessado em: 11 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.975**, 1999. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9795](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795)>. Acessado em: 10 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Ministério das Relações Exteriores**. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br>>. Acessado em: 25 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. **Contexto e Principais Aspectos**. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/politica-nacional-de-residuos-solidos/contextos-e-principais-aspectos>>. Acessado em: 11 jun. 2017.

CAMARGO, Mariângela Franco de; SUZUKI, Fabiana Mayumi; UEDA, Mery. SAKIMA, Ricardo Yuzo; GHOBRI, Alexandre Nabil. **Gestão do terceiro setor no Brasil**. Futura, 2001. 204p.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS. 1995.

FERNANDES, R. C. **Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina**. Rio de Janeiro: CIVICUS; Relume-Dumará, 1994.

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade: projeto pedagógico**. São Paulo: Cortez, 1991.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Esperança: Um Reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. 1 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIUMBELLI, Emerson et al. LANDIM, Leilah (org.). **Ações em sociedade militância, caridade, assistência, etc.** Rio de Janeiro: NAU Editora: ISER, 1998. 297p.

GODOY, Zaida de A. Lopes; JACQUINET, Marc Marie Luc Philippe. **Reflexão sobre as questões éticas da sustentabilidade na governança das parcerias público-privadas no Brasil**. 1º Encontro de internacionalização do Conselho Nacional de Pós-Graduação em Direito (CONPEDI). 2014.

GUIMARAES, M. **Caminhos da educação ambiental: da forma a ação**. Campinas: Papirus, 2004.

GUIMARÃES, Mauro. **Educação Ambiental Crítica**. Disponível em: <[http://www.bvambientebf.uerj.br/arquivos/edu\\_ambiental/popups/n\\_universal.htm](http://www.bvambientebf.uerj.br/arquivos/edu_ambiental/popups/n_universal.htm)>. Acessado em: 07 jul. 2017.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **O Cinismo da Reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental**. São Paulo, 2002.

LOUREIRO, C.F.B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

MARX, Karl. **O capital**. Crítica da economia política. São Paulo: Civilização Brasileira. Livro 2, Volume 3. 2008.

MEZÂROS, I. **A Educação para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

OLIVEIRA, Anna Cynthia; HADD, Sergio. As organizações da sociedade civil e as ONGs de educação. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n.112, mar., 2001.

PNEDH. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/educar/pnedh/integral/objetivos.htm>>. Acessado em: 02 ago. 2017.

REVISTA EM DISCUSSÃO! **Conferência Rio-92 sobre o meio ambiente do planeta**: desenvolvimento sustentável dos países. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/a-rio20/conferencia-rio-92-sobre-o-meio-ambiente-do-planeta-desenvolvimento-sustentavel-dos-paises.aspx>>. Acessado em: 14 maio 2017.

RODRIGUES, Maria Cecília Prates. **Demandas sociais versus crise de financiamento: o papel do terceiro setor no Brasil**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 5, set/out., 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/7755>>. Acessado em: 25 maio 2017.

SILVA, Leandro dos Santos; DAUDE, Rodrigo Bastos. **Uma investigação dos espaços não formais no museu das bandeiras**. Disponível em: <<http://www.anais.ueg.br/index.php/eem/article/view/1957>>. Acessado em: 13 abr. 2017.

SMA-SP. **Dicionário Ilustrado de Meio Ambiente**. 2012.

SZAZI, Eduardo. **Terceiro Setor – Regulação no Brasil**. 2 ed. Petrópolis: Fundação Petrópolis. 2006.

VIGOTSKI, L. S.; LÚRIA, A. R.; LEONTIEV. A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. Tradução de Maria da Pena Villalobos. São Paulo: Editora Ícone, 2012.